



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 35 - Nº 680 - DE 08 DE JANEIRO A 21 DE JANEIRO DE 2023 - R\$ 5,00

Dez meses de guerra na Ucrânia

Estados Unidos impulsionam a escalada militar na Europa e no mundo

SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA UNIDA E ORGANIZADA PODE TRANSFORMAR A GUERRA DE DOMINAÇÃO EM GUERRA DE LIBERTAÇÃO



Lula na presidência

O Partido Operário Revolucionário (POR) chama a classe operária e os demais trabalhadores a não confiarem no governo burguês, confiarem em suas próprias forças e lutarem, desde já, por um programa próprio

Resolução do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) sobre a situação mundial

A previsão é de agravamento da crise mundial

A tarefa principal está em lutar pela superação da crise de direção

O ano de 2022 foi marcado pelo início de uma nova etapa de desintegração do capitalismo. Acirraram-se as disputas pelos mercados, pelo controle de fontes de matérias-primas, pelo monopólio da alta tecnologia e pelas mudanças na produção industrial. A alta generalizada dos preços dos combustíveis, das matérias-primas e dos alimentos obrigou os governos a tomarem medidas anti-inflacionárias, nas condições em que predominavam as tendências à estagnação e à recessão. Combinaram-se, assim, a inflação e recessão, que expressam dois fenômenos desintegradores da economia mundial. Em consequência, rebaixou-se o valor médio da força de trabalho, elevou-se a taxa de desemprego, impulsionaram-se a pobreza e a miséria. Evidentemente, em graus e ritmos distintos, de acordo com as particularidades de cada país e região.

Trata-se de um novo momento no conjunto da crise mundial, que eclodiu em 2007-2008 e que levou à profunda recessão internacional em 2009. A sua eclosão teve como epicentro a maior potência, que são os Estados Unidos. Desde os anos de 1970, emergiram crises em vários países que, apesar de contornadas conjunturalmente, não puderam ser resolvidas, e que, portanto, se acumularam e estiveram na base da derrocada econômico-financeira nos Estados Unidos em 2008. Nos anos de 1990, a decomposição econômica do capitalismo teve como marco divisor a debacle econômica da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que acabou se desintegrando em dezembro de 1991, em meio ao processo de restauração capitalista. O que abriu caminho para o intervencionismo do imperialismo na região, reascendendo velhas disputas de fronteiras entre as nacionalidades.

As grandes crises destroem em escala elevada forças produtivas, por meio de quebras econômicas, aumento do desemprego e inchaço do exército de desempregados. É o que se passou, principalmente, em 2009. A gigantesca intervenção dos mais poderosos Estados, tendo à frente os Estados Unidos, seguidos das potências Europeias, principalmente Alemanha, França e Inglaterra, arrefeceu o processo geral de quebra econômico-financeira, mas não pôde estancar as tendências recessivas e abrir um novo período de pujante crescimento mundial. Administraram-se relativamente os fatores da derrocada por um período, sem que as potências, contudo, pudessem encontrar soluções para o fenômeno da superprodução, do agigantamento do parasitismo financeiro, da queda da taxa média de lucro dos monopólios e do processo recessivo. Os pesados ajustes realizados pela União Europeia e Japão se deram sob as diretrizes norte-americanas, o que, evidentemente, serviram para proteger, em primeiro lugar, o sistema financeiro e os monopólios industriais da potência do Norte.

Os Estados Unidos se veem obrigados a desencadear uma ofensiva mundial e a recrudescer a guerra comercial, direcionada contra a emergente China. Subordinam a Europa a seus interesses nacionais, e se lançam a limitar o alcance produtivo e comercial da China insubmissa. É nos marcos da crise aberta nos anos de 1970 e generalizada em fins dos anos 2000, que o imperialismo norte-americano provoca guerras e intervenções em várias partes do mundo, inclusive na Europa. Os Estados europeus ocidentais se mostraram submissos ou impotentes para disciplinar o intervencionismo generalizado

dos Estados Unidos, embora seus interesses também fossem afetados. O reconhecimento desses antecedentes da atual crise é necessário para se entender porque o mundo está envolto em uma nova etapa da desintegração do capitalismo.

O acontecimento que estabelece o novo marco é a guerra na Ucrânia, cujos antecedentes, por sua vez, deitam suas raízes nos anos de 1990 e em meados de 2000. Trata-se de um período de projeção da crise geral do capitalismo e da ofensiva norte-americana, em função de sua hegemonia alcançada na Segunda Guerra Mundial, e que entrou em declínio desde os anos de 1970. A conflagração, iniciada em 24 de fevereiro, percorreu dez meses, e, tudo indica, se prolongará ainda mais. Os Estados Unidos são os principais e grandes responsáveis pela fermentação do conflito entre os Estados russo e ucraniano, que se irmanaram e se uniram na edificação da URSS, em 1922, e que se afastaram e se tornaram adversários, tomados que foram pela restauração capitalista.

Os perigos do envolvimento direto da OTAN – braço armado dos Estados Unidos sediado na Europa – se mostram cada vez mais ameaçadores. A decisão do imperialismo norte-americano de potencializar a guerra com o envio do sistema Patriot de mísseis vem no sentido, não só de manter a choque militar, mas também de torná-lo mais ofensivo. O que indica o ponto de gravidade a que chegou a guerra, que pode extrapolar as fronteiras da Ucrânia e da Rússia. Na Ásia, os Estados Unidos incentivam o confronto entre a China e Taiwan. No Oriente Médio, cresce a animosidade entre o Estado sionista de Israel, parte dos países árabes e o Irã. A escalada militar se gesta no interior da guerra comercial, que tem tudo para se tornar mais agressiva.

O ano que se inicia será de estagnação e recessão. A previsão do FMI é de que haverá contração econômica em “mais de um terço da economia global”. De forma que os confrontos, que se passam na Europa, Ásia e Oriente Médio, têm tudo para serem mais explosivos. Na América Latina, as tendências da crise são potentes. Em particular, a desintegração econômica no Brasil manterá sua marcha. A maior possibilidade é a de que aumentarão os desequilíbrios mundiais. A classe operária e os demais explorados são as vítimas da desintegração do capitalismo senil, que somente tem a oferecer à maioria oprimida destruição de postos de trabalho, desemprego em grande escala, aumento da miséria e da fome mundiais.

Diante desse conjunto, que se pode dizer catastrófico, comparece o grande problema, que é a crise de direção revolucionária. A luta de classe vem se potenciando em toda a parte. As massas procuram se defender como podem, mas se esbarram na política traidora das velhas direções, que controlam suas organizações. A vanguarda com consciência de classe deve partir dessas contradições, para enfrentar a crise de direção. A luta, para que os explorados tomem em suas mãos um programa próprio, se unifiquem por meio dos métodos da luta de classes, ergam suas organizações coletivas e marchem sob a estratégia da revolução social, está plenamente posta pela situação objetiva. Essa é a via para construir os partidos revolucionários e reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional é o ponto de partida para enfrentar essa tarefa histórica.

Lula na presidência

Carta à classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida

Não confiar no governo burguês! Confiar em nossas próprias forças!

Lutar desde já por um programa próprio dos explorados!

2 de janeiro de 2023

Lula, finalmente, tomou posse da Presidência da República, nas condições de profunda crise política. O movimento bolsonarista de resistência à transferência do poder a Lula já estava praticamente contido. A prisão de um radical adepto da intervenção militar, acusado de preparar uma ação terrorista, acabou por dispersar parte dos que pretendiam agir no dia da posse.

A vitória de Lula se deu por uma pequena margem de votos. A polarização política dividiu a maioria oprimida, que suporta a pobreza, a miséria e a fome. A maior parte da classe média se colocou pela vitória de Bolsonaro. Mas, parte da classe operária e dos camponeses pobres também foi arrastada por Bolsonaro. Vimos que a maioria que possibilitou a eleição de Lula sobrevive nas condições de pobreza e miserabilidade. Apenas uma pequena camada da classe média que não padece desses males crônicos não foi arrastada pela candidatura de Bolsonaro. É importante que os trabalhadores, tanto os que votaram em Lula quanto em Bolsonaro, reconheçam e entendam que o novo governo deve a sua vitória à maioria, que se encontra sob o jugo mais pesado da exploração capitalista, dos baixos salários, do desemprego e do subemprego, que os mantêm na pobreza e miséria.

Houve uma significativa divisão no interior da burguesia. Bolsonaro contou com a participação de influentes empresários, que obtiveram maior proteção do governo. Lula não teria como montar um poderoso aparato eleitoral, se não trouxesse para a sua candidatura importantes grupos econômicos, incluindo o capital multinacional. A campanha eleitoral movimentou milhões e milhões de Reais. Os meios de comunicação fizeram uma grande cobertura, expressando a polarização política. Governadores e prefeitos usaram de toda a sua capacidade de arregimentação da população. Inclusive, os governos dos Estados Unidos, França, Alemanha, Espanha e outros se posicionaram pela candidatura de Lula.

Os explorados, assim, foram sendo arrastados de um lado e de outro pela polarização, e deram uma vitória apertada a Lula, mas, de fato, quem dirigiu e decidiu as eleições foram os capitalistas, cuja divisão marcou a polarização política. Assim se passou porque as eleições são o campo e o meio dos capitalistas mudarem ou conservarem o seu governo. As massas que formam a maioria oprimida apenas votam.

Transcorridas as eleições, os explorados nada mais têm a fazer senão esperar que algumas das pequenas promessas sejam cumpridas. As promessas mais significativas, certamente, não vão ser realizadas, como as de acabar com o desemprego, subemprego, miséria e fome.

Tudo indica que a crise econômica se prolongará, e todos esses males continuarão a mutilar a vida de milhões de famílias. A disputa eleitoral ocorreu nessas condições sociais adversas à maioria oprimida, que se agravaram com os dois anos de Pandemia. Mais

de 700 mil brasileiros – imensa maioria de pobres e miseráveis – morreram. Centenas de fábricas foram fechadas, uma onda de demissões em massa aterrorizou os assalariados, direitos trabalhistas foram destruídos e a miséria deu um grande salto adiante.

Essa situação calamitosa potenciou a crise do governo Bolsonaro, fortaleceu a oposição encabeçada pelo PT, antecedeu as eleições e serviu de pano de fundo à polarização política. A classe operária e os demais oprimidos não puderam contar com os seus sindicatos, que permaneceram fechados e suas direções burocráticas se colocaram como caixa de ressonância das disputas políticas entre bolsonaristas e opositores. Oposição burguesa essa que passou a incluir vários partidos ou fração de partidos, que trabalharam em 2016 pela derrubada de Dilma Rousseff, apoiaram a ditadura civil de Temer e ajudaram Bolsonaro na eleição de 2018.

Foram esses partidos, como MDB, PSDB, PSD e União Brasil, que ajudaram Temer a impor a brutal reforma trabalhista; e Bolsonaro, a reforma da Previdência. Todos, inclusive o PT, foram responsáveis pelo Plano de Emergência de Bolsonaro, que baixou a Medida Provisória (MP) 936. Essa MP serviu de proteção aos empresários na Pandemia, e desgraçou a vida de milhões de trabalhadores, que tiveram seus salários reduzidos e direitos violados.

Vimos na posse de Lula todos esses partidos, inclusive um dos partidos que fez parte da base aliada do governo Bolsonaro, como o União Brasil, batendo palma e bajulando a vitória do chefe do PT. Na primeira fileira da plateia que lotou o plenário do Congresso Nacional, lá estava Dilma Rousseff, esquecida do fato de ter sido vilipendiada por esses mesmos partidos no processo de cassação de seu mandato. Os golpistas que derrubaram o governo do PT em 2016 lá estavam para compor o novo governo de frente ampla, em nome da democracia e da conciliação nacional.

O simples fato de o vice de Lula, Geraldo Alckmin, ter sido governador de São Paulo pelo PSDB já havia indicado que Lula, o PT e seus aliados de esquerda ou de pseudo esquerda (PSOL e PCdoB) tinham esquecido do golpe de Estado, do apoio que os partidos, como PSDB e MDB, deram a Temer e à ascensão de Bolsonaro à presidência em 2018. Assim funciona a política burguesa. Governo e oposição se estruturam sobre a base comum de proteção aos interesses gerais da classe capitalista. Todos estão submetidos à propriedade privada dos meios de produção e à exploração da força de trabalho movida pela imensa maioria dos brasileiros. Lula compôs com Alckmin, que sempre foi adversário político do PT, justamente para contar com apoio de setores da burguesia paulista e assim ampliar o apoio nacional de frações da oligarquia capitalista.

Essa coligação burguesa permitiu que a popularidade de Lula e as ilusões democrática dos milhões que nele depositaram a esperança de melhoria em suas vidas fossem utilizadas para vencer

Os explorados, assim, foram sendo arrastados de um lado e de outro pela polarização, e deram uma vitória apertada a Lula, mas, de fato, quem dirigiu e decidiu as eleições foram os capitalistas, cuja divisão marcou a polarização política.

a coligação burguesa montada por Bolsonaro. Mas, o custo para o PT e seus aliados de primeira hora acabou sendo alto. Colocaram a ressurreição de Lula e o recém-nascido governo nas mãos dos velhos partidos oligárquicos, que servem ao grande capital financeiro, industrial, agrário e comercial. Os ministérios econômicos que ficaram sob a direção do PT terão de seguir o que for ditado pelos mais poderosos capitalistas e o que estiver de acordo com a política partidária dos aliados que formam o governo de frente ampla.

As necessidades e os interesses da maioria explorada estão subordinados às necessidades e aos interesses dos banqueiros, dos grupos industriais, agroindustriais e latifundiários. Não haverá lugar para nenhuma reforma que seja a favor dos pobres, miseráveis e famintos. O Bolsa Família de R\$ 600,00 - valor que foi adotado por Bolsonaro com objetivos eleitorais - segue a mesma política do assistencialismo diante de 33 milhões de brasileiros que vivem na miséria. Os banqueiros e credores da dívida pública não aprovaram a sua continuidade no governo de Lula.

No momento, o governo de frente ampla e o Congresso Nacional não viram como dizer aos famintos que não poderiam garantir as migalhas do “Auxílio Brasil” que Lula herdou de Bolsonaro e que passou a ser “Bolsa Família”. Para os milhões de famílias que não têm o que comer, R\$ 600,00 parecem um milagre. Mas, para os capitalistas é uma esmola que lhes comparece além da conta. E para o governo do petista é um meio de enganar os explorados. O governo de frente ampla logo deixará claro que Lula, PT e seus aliados de esquerda seguirão o caminho da traição à esperança dos pobres, miseráveis e famintos.

Bolsonaro governou em contraposição aos sindicatos e aos movimentos sociais. Conseguiu impor sua política antioperária, antipopular e antinacional, graças às traições da burocracia sindical. É o que se passou diante da reforma previdenciária, da implantação da reforma trabalhista, do fechamento de milhares de fábricas, da onda de demissão, da redução do valor da força de trabalho e das privatizações. Agora, Lula diz que quer governar com empresários e trabalhadores. Anunciou a reconstituição do Conselho de Estado tripartite.

As experiências nos governos petistas já mostraram que a política de conciliação de classes resulta em subserviência dos sindicatos e movimentos à governabilidade burguesa. A burocracia

sindical petista e dos demais partidos participaram amplamente da arregimentação eleitoral dos explorados, e, neste momento, buscam um lugar no governo burguês de frente ampla. Está preparando o caminho de mais traições, em nome da “democracia”, do “desenvolvimento com distribuição de renda”, “diminuição das desigualdades” e “fim da fome”.

O Partido Operário Revolucionário (POR) lutou pela independência das organizações operárias com as bandeiras: “Não confiar nas eleições! Confiar em nossas próprias forças! Lutar por um programa próprio! Vote nulo!”

Trabalhadores e juventude oprimida, as eleições passaram. Lula tomou posse da Presidência. Temos pela frente a continuidade do firme combate pela independência política e organizativa do movimento operário, camponês e popular.

O POR chama os explorados a rechaçarem a participação dos sindicatos e movimentos no governo burguês de Lula. Chama a defenderem com greves e manifestações as reivindicações de empregos, salários e direitos. Chama a exigirem do novo governo a revogação imediata das reformas trabalhista e previdenciária. Chama a juventude a se pôr em pé de luta pelo fim dos cortes orçamentários à educação, pela defesa de um sistema único estatal de ensino e pela democracia universitária. Chama os explorados a imporem com os métodos da luta de classe o sistema único de saúde. Chama o movimento dos sem-terra a retomar as ocupações, constituir os comitês de agrários e levantar a bandeira de expropriação sem indenização dos latifundiários. Chama o movimento dos sem-teto a ocupar terrenos e prédios abandonados, exigindo moradia para todos. Chama a classe operária a tomar a frente de um movimento pelo não pagamento da dívida pública, como parte da luta anti-imperialista, pela expropriação e estatização dos monopólios.

Desde já, sem perder um só minuto, o POR se coloca por organizar um movimento de oposição revolucionária ao governo de frente ampla de Lula, sob a estratégia revolucionária de um governo operário e camponês. Trabalhadores e juventude oprimida, lutemos contra o governo burguês de Lula e a política de conciliação de classes, com o programa da revolução proletária, pela derrocada do capitalismo, libertação do imperialismo e construção do socialismo.

O que reflete a suntuosa e teatral posse de Lula

A posse de Lula foi antecedida de quase dois meses de funcionamento de um “governo de transição”. Mais de mil pessoas estiveram no CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil) em Brasília, envolvidas na estruturação dos primeiros passos do governo Lula, e nas negociações no Congresso Nacional em torno à PEC do Bolsa Família, aprovada no dia 21 de dezembro, visando à continuidade do pagamento de R\$ 600,00, promessa que fez parte da campanha tanto de Lula como de Bolsonaro. Em meio à corrida do “toma lá dá cá” para aprovar essa PEC, Lula foi anunciando os nomes dos ministros, também fruto de muita jogatina para acomodar todos os partidos que apoiaram Lula e os que foram agregados após a vitória, como é o caso do “União Brasil”, do bolsonarista Luciano Bivar. Fez parte dessa trama, o compromisso do PT e aliados na manutenção de Rodrigo Pacheco (PSD) para a presidência do Senado e Arthur Lira (PP), Câmara de Deputados, e a conservação do “orçamento secreto”, apesar de adaptado à a decisão do Supremo Tribunal Federal que o considerou inconstitucional.

Enquanto a barganha se processava, os bolsonaristas insistiam nos atos golpistas, para impedir a posse de Lula. Reunidos na porta do Quartel-General em Brasília, financiados por um grupo ultradireitista da burguesia, chegaram a realizar algumas ações,

como a que ocorreu nas ruas da capital em 12 de dezembro, quando Lula recebia a diplomação de Presidente da República, e a descoberta de um esquema de atentado terrorista, no dia 24. Com a prisão de suas principais lideranças e a saída de Bolsonaro do país, os acampamentos pró-golpe militar foram se esvaziando. Com o fracasso das tentativas golpistas dos bolsonaristas, com apoio do Judiciário e do Legislativo, o PT e os partidos aliados puderam ocupar Brasília, promovendo uma grande festa. Os festejos da posse ocorreram nas ruas, no Congresso Nacional, no Palácio de Planalto e no Itamaraty.

A grandiosidade da festa da posse esteve na contramão de um governo que se mostrou condoído pela fome e miséria de brasileiros, que criticou duramente a ganância de Bolsonaro e que verteu lágrimas no dia 30 de outubro, dia da vitória, pelos milhares que morreram na pandemia, devido ao “genocídio praticado pelo governo negacionista”. Mesmo diante da profunda crise econômica, política e social, Lula precisou fazer da sua posse um acontecimento inusitado, para que os holofotes da imprensa mundial se voltassem para esse “novo Brasil”, sob um governo que promete se integrar à política mundial do imperialismo.

Sindicatos e movimentos arregimentam as suas bases para alimentar as ilusões no novo governo de colaboração de classes

Para o êxito da gigantesca festa, o PT e aliados contaram com o empenho das direções sindicais, estudantis e populares, que organizaram as caravanas, que vieram de todos os estados. Desde 30 de outubro, essas direções não fizeram outra coisa a não ser convencer os trabalhadores e explorados em geral em deixar de lado as festas familiares de final de ano e se cadastrarem nos ônibus das caravanas, que partiriam no dia 31 de dezembro. Sob a bandeira da “Festa pela democracia” e com a presença de artistas, armou-se o “Festival do Futuro”. Conseguiram que 300 mil pessoas estivessem na frente do Palácio do Planalto, na explanada dos Ministério e nas ruas da capital.

A quase totalidade se vestiu de vermelho e se concentrou desde cedo para ver o cortejo do carro aberto, que conduziu o presidente Lula e seu vice Alckmin. Conforme o carro se deslocava, os manifestantes saudavam o dirigente petista e cantarolavam o antigo refrão: “Olé, olá, Lula, Lula...”. Uma festa que culminou com o show de artistas, no final da noite, com a presença de Lula no palco.

A arregimentação das bases petistas pelos sindicatos e movimentos foi a consequência da subordinação da burocracia sindical como um todo aos objetivos eleitorais e à estratégia de constituição de um governo burguês de frente ampla. O uso dos aparatos sindicais e de seus recursos para a festança corresponde à penetração da política burguesa nas organizações operárias e movimentos populares. Se a estatização dos sindicatos se manteve nas condições de um governo ultradireitista e francamente antipopular, agora, com a volta de Lula à presidência, será ainda mais elevada e reforçada. O que está em completa contradição com as necessidades mais elementares dos explorados e com o princípio da independência ideológica, política e organizativa dos sindicatos. O teatro da posse ficará para trás. O governo de frente ampla do PT terá de seguir a cartilha do grande capital e das mais poderosas frações oligarcas da burguesia nacional. No dia seguinte à posse, os explorados só podem contar com suas próprias forças para enfrentar a superexploração do trabalho, a alta concentração de riqueza nas mãos da minoria capitalista, o desemprego, o subemprego, o miserável salário mínimo de R\$ 1320,00, bem como a fome que não dá trégua.

Encenação montada na rampa do Palácio e um discurso ajustado aos seus apoiadores

Era previsível que Bolsonaro e Mourão não estivessem presentes na transmissão protocolar da faixa presidencial. Dois dias antes da posse de Lula, Bolsonaro e seus assessores viajaram para os Estados Unidos. Assim, o PT pôde usar seu plano de subir a rampa do Palácio rodeado de figuras denominadas “representantes do povo”: Francisco, menino negro de São Paulo; o cacique Raoni Metuktire; o operário de Diadema, Wesley Rocha; o professor curitibano Murilo de Quadros; a cozinheira e o artesão que estiveram por 10 meses no acampamento em frente à Polícia Federal de Curitiba onde Lula estava preso e o deficiente físico Ivan Baron. Coube à dirigente dos catadores de reciclagem, Aline Sousa, o papel de colocar a faixa em Lula. Janja, para sentimentalizar a teatralização, levou a cadela, nomeada de “Resistência”, por ter feito parte do acampamento de Curitiba. A exploração do sentimentalismo pequeno-burguês é um dos condimentos da política do reformismo contrarrevolucionário.

Para o público, de 40 mil manifestantes devidamente selecionados, Lula leu um longo discurso, reafirmando que governará para

todos, que é preciso dar um basta ao ódio, aos ressentimentos, à intolerância e às mentiras. Lembrou de sua posse em 2003 ao lado do empresário José Alencar (seu vice) em que fez promessas de cuidar do povo brasileiro e concluiu que, de fato, cuidou, enumerando os feitos de seu governo, entre eles, se valeu da demagogia dizendo que garantiu o direito de cada pessoa ter as três refeições. Enfatizou que, agora, voltou para completar o que não conseguiu fazer na época e para reconstruir o que o governo Bolsonaro destruiu. Usou da emoção, própria dos hipócritas, chorou ao narrar a cena de um pedinte que erguia um cartaz de papelão com os dizeres “me ajude, estou com fome”. Condenou inúmeras vezes a desigualdade social, a fome e a miséria, e prometeu que é possível acabar com esse “crime”, porque o Brasil é grande e cheio de riquezas. Encerrou conclamando os manifestantes a terem esperança, porque irá cuidar do país e do povo.

Assim, por mais de meia hora, palavras ao vento foram ditas, que, por vezes, eram interrompidas pela voz embargada, própria dos politiquês, que, na frente dos explorados, choram, lamentam e prometem “o mundo e o fundo”, mas por cima são os defensores da propriedade privada dos meios de produção, fonte geradora da fome, pobreza e miséria que desgraçam milhões brasileiros.

Exibicionismo do apoio internacional à vitória de Lula

Com o plenário da Câmara de Deputados cheio, tendo à frente uma expressiva delegação de estrangeiros, compostas de chefes de governo como da Alemanha, Angola, Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Uruguai, Honduras, Portugal, Cabo Verde, Guiné, rei da Espanha, entre outros, além de embaixadores e representantes governamentais. O PT e aliados fizeram de tudo para que essa presença massiva sinalizasse o apoio da maioria dos países ao novo governo, de forma a se distinguir do isolamento internacional de Bolsonaro. No plenário, logo na primeira fila, além dos estrangeiros, estavam os ex-presidentes Dilma Rousseff e o oligarca José Sarney. Chamou a atenção o quanto Dilma foi aplaudida pelos partidos que em 2016 cassaram o seu mandato, e o quanto Dilma recebeu com naturalidade aqueles que até ontem foram seus algozes. Essa é uma das demonstrações de como funciona a apodrecida política burguesa.

Depois da leitura do documento de posse, Lula discursou para essa plateia, agora, usando um tom mais agressivo ao governo Bolsonaro, responsabilizando-o pela morte de mais de 700 mil brasileiros pelo covid, pelo “desmonte das políticas sociais”, pelo “negacionismo”, pelo avanço da pobreza e da fome. Reafirmou inúmeras promessas da campanha eleitoral, como combater a discriminação racial e social, retomar os programas assistenciais, elevar o salário mínimo acima da inflação, não privatizar a Petrobras e Correios, rever pontos da reforma trabalhista por meio de uma comissão tripartite, combater a fome, pobreza e miséria, entre outras. Com a voz firme, sem choro, enfatizou que governará para extirpar o ódio, a mentira e os ressentimentos, que acabaram dividindo a população. Seu discurso só era interrompido pelos aplausos e pelas palavras de ordem entoadas pelos petistas escolhidos, que ocupavam parte do plenário.

De fato, Lula contou com o apoio dos Estados Unidos, França, Alemanha, entre outros países imperialistas, por se distinguir do alinhamento de Bolsonaro ao ex-governo de Donald Trump. Foi muito importante, nesse sentido, a reprovação de Joe Biden às tentativas dos bolsonaristas de condenar as urnas eletrônicas e de organizar um movimento golpista contra o resultado eleitoral. Lula e o PT se colocaram no terreno da política norte-americana dos democratas e das potências europeias de recolocar a Amazônia nos marcos das diretrizes sobre a questão climática. As promessas pseudo nacionalistas de interromper o programa de privatização

das estatais de Bolsonaro e a de reindustrializar o Brasil não afetaram os primeiros sinais de aproximação do novo governo com os Estados Unidos e a União Europeia.

Os primeiros decretos de Lula se baseiam no respeito à grande propriedade privada dos meios de produção

Mais uma cena teatral foi montada com a presença de Lula e Alckmin. Uma mesa foi instalada no centro do salão e os serviços do governo trouxeram vários decretos para Lula assinar em público. Entre os despachos, estavam a reavaliação do Decreto emitido por Bolsonaro, que determina 100 anos de sigilo a ocorrências que envolvem o governo e ministros em caso de violação constitucional e de corrupção; a Medida Provisória que recria o Bolsa Família no valor de R\$ 600; que prorroga a desoneração dos combustíveis por dois meses; a revogação do decreto sobre o controle de armas; de combate ao desmatamento na Amazônia; que restabelece o Fundo Amazônia; a que retira os Correios (Empresa Brasileira de Comunicação - EBC) e Petrobras dos estudos do Programa Nacional de Desestatização; etc.

Após essa cena, para mostrar a “firmeza” da política do governo, desde as primeiras horas, Lula e Alckmin fizeram uma sessão de cumprimentos às delegações estrangeiras. Em seguida, deram posse aos 37 ministros.

Pouco a pouco, os convidados foram para o Palácio do Itamaraty, onde realizou-se um jantar com a presença de Lula.

Primeiros sinais de subordinação de Lula e do PT à frente ampla

A composição ministerial de frente ampla é prova de que o governo de Lula nasceu frágil. Ou seja, não seria capaz de administrar o Estado sobre a base da frente original, formada pelo PT, PSB, PCdoB, Solidariedade, Rede e PSOL. No segundo turno, os petistas se viram obrigados a ampliar a frente, compondo direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o MDB, PSD, União Brasil e PSDB. Desses partidos, somente os peessedebistas não entraram no governo de frente ampla, como havia previsto o senador Tasso Jereissati. Mas, o PT vai depender do PSDB para estabelecer uma base parlamentar que faça contraponto à oposição bolsonarista.

Nota-se que em importantes ministérios estão os representantes de frações das oligarquias do Nordeste, Norte e Centro Oeste. Destaca-se, nesse sentido, a entrega do ministério da Agricultura a um empresário do agronegócio, que pertence ao PSD, que fez questão de afirmar imediatamente que não será tolerada a ocupação de terra pelo MST. Dois ministérios da área econômica foram atribuídos respectivamente ao MDB (Planejamento) e ao PSB (Indústria e Comércio). O PT comandará o ministério da Fazenda, portanto, rodeado pelo Planejamento e Indústria e Comércio. O ministério da Defesa estará sob a condução de um politiquieiro que foi escolhido em comum acordo pelos componentes da frente ampla, pelo fato de ser bem relacionado com os militares. Não comparece como uma cota partidária, mas se trata de um velho político de direita. Em síntese, as áreas mais decisivas que responderão pela política econômica e pela segurança serão compartilhadas pelo PT, MDB, PSB e PSD. Não se trata de detalhar, aqui, o lugar de cada partido da frente ampla. Cabe apenas assinalar a recriação do ministério do Trabalho, que será ocupado pelo PT, o do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, entregue ao partido Rede e dos Povos Indígenas, ao PSOL.

O fundamental está em que o governo de frente ampla é expressão da oligarquia burguesa, que historicamente comanda o Estado brasileiro. O PT que foi criado, sob o comando de Lula, para

A sessão de assinaturas dos primeiros decretos procurou transparecer que o novo governo, de fato, se justifica por modificar aspectos da governabilidade anterior. Evidentemente, Lula terá de comprovar a distinção entre o governo de ultradireita e o de centro-direita, com as características de governo de frente ampla. Os decretos revogados, na realidade, correspondem a posições de setores da burguesia brasileira e, inclusive, da burguesia mundial, como é o caso da Amazônia. O pacifismo exposto na revogação do decreto do controle de armas é tipicamente burguês e pequeno-burguês, que certamente atrapalha os interesses da indústria armamentista. A interrupção do plano de privatização do ex-ministro Paulo Guedes, quanto a determinadas estatais, atinge também interesses do capital privado, mas não altera as condições de privatização já realizadas, em particular no caso da Petrobras, hoje semiprivatizada, e dos Correios, que também está semiprivatizado por meio da terceirização. O governo Lula se assenta no respeito à grande propriedade privada dos meios de produção e no controle multinacional dos ramos fundamentais da economia nacional. As privatizações ganharam terreno desde o governo de Fernando Henrique Cardoso. Recentemente, a privatização da Eletrobras, no governo Bolsonaro, desferiu mais um duro golpe no sistema estatal, que esteve na base do desenvolvimento da economia desde os anos de 1930. O governo Lula segue a noção burguesa de que o passado ficou para trás. A tentativa de se identificar com um governo de defesa da soberania nacional não tem nenhuma base real.



promover reformas estruturais no Brasil de capitalismo atrasado e semicolonial concluiu como agente da oligarquia dominante. Os explorados, porém, não concluíram a experiência com lulismo. O golpe de Estado de 2016 que derrubou Dilma Rousseff evidenciou o quanto o PT se integrou à política burguesa. A volta triunfante de Lula, libertado da prisão e reabilitado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), deveu-se à profunda crise econômica, social e política, que inviabilizou a continuidade do governo ultradireitista de Bolsonaro e abriu caminho para constituição de um movimento opositorista de frente ampla.

O lugar do PT, nos marcos de aprofundamento das divisões interburguesas e da polarização entre a riqueza concentrada nas mãos de poucos e a miséria proliferada no seio da maioria oprimida, é o de proteger os interesses dos capitalistas por meio da política de conciliação de classes. É nesse terreno que se dará a luta do proletariado por libertar suas organizações do controle da burocracia sindical e por alcançar a independência de classe.

As contrarreformas trabalhista e previdenciária serão mantidas

O discurso do ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, do PDT, afirmando que faria uma revisão da “antirreforma” da Previdência, imposta no governo Bolsonaro, causou discórdia no governo recém empossado. Lupi prometeu revelar as reais contas do INSS, uma vez que considera falsa a avaliação de que seriam deficitárias. E, nesse sentido, deu a entender que os recursos da Previdência Social sofrem desvios, quando defendeu que “toda a arrecadação destinada à Previdência esteja na Previdência.”

Imediatamente, o petista Rui Costa, da Casa Civil, censurou o ministro Lupi, afirmando que “não há nenhuma proposta sendo analisada ou pensada” sobre o assunto”.

De fato, é calamitosa a situação da imensa maioria dos 37,5 milhões de brasileiros, que necessitam e sobrevivem da aposentadoria. A própria equipe de transição que preparou a posse de Lula identificou que 5 milhões de trabalhadores esperam pela aposentadoria, formando assim uma gigantesca fila.

Não há dúvida de que o aceno de Lupi não passa de demagogia, mas que acabou por colocar o governo Lula diante de um dos grandes problemas sociais do País. A pronta reação de Costa visou a tranquilizar os capitalistas, os banqueiros e credores da dívida pública, bem como os demais ministros do governo de frente ampla.

A revogação da reforma da Previdência é uma bandeira vital para a classe operária e os demais trabalhadores que sobrevivem com um miserável salário.

Outro problema para o governo Lula é o da reforma trabalhista, promovida pela ditadura civil de Temer. A recriação do Ministério do Trabalho foi saudada pela burocracia sindical como uma “vitória dos trabalhadores”. Nada mais falso. Para acomodar as forças políticas no governo de frente ampla, Lula fez uma reforma ministerial, aumentando

de 23 para 37 ministérios. A burocracia sindical e os partidos da frente petista receberam como presente o Ministério do Trabalho e Emprego, que foi entregue a um ex-burocrata do Sindicato Metalúrgico do ABC, Luiz Marinho, que fez carreira na política burguesa, seguindo as pegadas de Lula e de tantos outros ex-operários que se venderam ao capital.

Em sua posse, o aburguesado Marinho referiu-se a uma “revisão” da reforma trabalhista. O que significa manter a violenta contrarreforma de Temer. O objetivo é o de dar à burocracia sindical um pouquinho de espaço para cumprir a função de negociadora dos interesses dos assalariados com os capitalistas, e encontrar um meio de recuperar a capacidade financeira dos sindicatos, abalada pela extinção do imposto sindical.

Também, nesse caso, a bandeira da classe operária é a da revogação da reforma trabalhista.

O governo de Lula evidencia seu caráter burguês de forma aberta e plena. Ao manter as duas contrarreformas mais profunda da história social do Brasil, o PT põe às claras seu caráter antioperário, antipopular e antinacional.

Pôr em pé um movimento de oposição revolucionária

Cabe à vanguarda com consciência de classe combater o governo burguês e de conciliação de classes de Lula com o programa próprio dos explorados, que tem em sua base a defesa da força de trabalho, dos empregos, dos salários e dos direitos sociais. É por esse caminho que os instintos de luta dos oprimidos convergirão com a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Essa é a linha política que possibilitará a organização de uma oposição revolucionária ao governo de frente ampla de Lula.

Denúncia

O Congresso Nacional, cheio de corruptos e ladrões, aumentou o seu próprio salário

O Congresso Nacional aprovou o aumento de salários para deputados federais, senadores, ministros, presidente e vice-presidente da República. A partir de janeiro de 2023, os salários aumentarão de forma escalonada, de R\$ 33.763,00 para R\$ 46.366,00. Em São Paulo, os deputados aprovaram um aumento de 50% nos salários do governador Tarcísio de Freitas, do seu vice e dos secretários de Estado. O salário do governador passará de R\$ 23.000,00 para R\$ 34.500,00.

Os mesmos deputados e senadores ladrões aprovaram um reajuste de apenas 9% para o salário mínimo, que passará de R\$ 1.212,00 para R\$ 1.320,00. Ao aprovar esse salário mínimo miserável, todos os partidos ligados à ultradireita bolsonarista e à frente ampla, liderada pelo governo burguês do Lula/PT, condenam os trabalhadores e suas famílias à fome e miséria.

Sabemos que é impossível manter uma família com R\$ 1.320,00. Apenas a cesta básica em São Paulo custa R\$ 780,00. O aluguel em média custa R\$ 1.000,00 isso nos bairros mais pobres. Como os explorados poderão pagar a água, o gás, a energia, comprar produtos de limpeza, higiene, vestuário, gastos com educação, com a saúde etc.? E o presidente eleito, desavergonhadamente, diz que vai defender os trabalhadores e os mais pobres. O Bolsa Família de R\$ 600,00 mal dá para cobrir parte da alimentação. Os desgraçados que aprovam essas migalhas para as massas ainda dizem que isso foi uma grande conquista. Na verdade, basta o novo salário de fome aprovado pelo Congresso, para demonstrar que o governo do PT, como os anteriores, irá governar para o grande capital, para a burguesia nacional e internacional. Mais uma vez,

vão tentar conter as massas com a política assistencialista, de conciliação de classes.

O POR, durante a campanha eleitoral, fez um chamado à classe operária e demais explorados a não terem nenhuma ilusão, nenhuma confiança nas eleições. E acreditarem apenas em nossas próprias forças. A luta em defesa de um programa próprio de reivindicações, por meio da ação direta e coletiva. Chamou a Votar Nulo, pela construção do Partido Operário Revolucionário, por um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

Lutemos por um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias. O próprio Dieese, ligado à CUT, defende que o valor do salário mínimo, para manter uma família de 4 pessoas, deve ser de R\$ 6.500,00. A classe operária deve exigir que os sindicatos e centrais rompam com o governo burguês de Lula, e convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisação e bloqueios, para defender um salário mínimo vital, reajustado automaticamente de acordo com a inflação. Por emprego a todos, por meio da implantação da redução da jornada, sem redução de salários, e da escala móvel das horas de trabalho, dividindo as horas nacionais entre todos os trabalhadores. Nenhum apoio ao governo burguês de Lula. Constituir uma Frente Única Anti-imperialista, uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula, para defender o programa próprio de reivindicações da classe operária e a constituição de um governo operário e camponês.

A eleição de Tarcísio de Freitas reflete o fracasso do PSDB

Depois de 28 anos no comando do estado de São Paulo, o mais rico da Federação, o PSDB foi rechaçado pelos eleitores, que deram vitória a Tarcísio de Freitas, do partido Republicanos. No segundo turno das eleições, a disputa se deu entre o bolsonarista Tarcísio e o petista Haddad. Ficou evidente que a vitória de Tarcísio se deveu aos municípios do interior e litoral, enquanto Haddad obteve maioria nos bairros mais pobres da capital e regiões metropolitanas.

Assim, o maior derrotado foi o PSDB, que se estilhaçou com as disputas internas para a presidência da República. A renúncia de João Doria e a sua substituição pelo vice Rodrigo Garcia, um peessedebista de última hora, e, em seguida, sua candidatura ao governo do estado, sinalizaram, antecipadamente, a derrota do partido que, por quase três décadas, dirigiu a maior economia do país. Rejeitado nas urnas, Rodrigo Garcia declarou apoio a Bolsonaro e passou a ser o braço direito na campanha eleitoral do desconhecido Tarcísio de Freitas. Com 13.480.643 votos, Tarcísio de Freitas e Felício Ramuth, do PSD de Kassab tomaram posse no dia 1º de janeiro.

Saiu um governo de centro-direita de longa existência e entrou um governo de ultradireita, que expressa uma tendência reacionária da burguesia, que foi encarnada no governo Bolsonaro.

Posse do bolsonarista Tarcísio

Sem as festas nas ruas, com um público selecionado, a posse de Tarcísio ocorreu primeiro na Assembleia Legislativa e, depois, no Palácio dos Bandeirantes, onde também se realizou a posse dos secretários de governo. Tarcísio dedicou boa parte de seu discurso para os agradecimentos, em particular, a Bolsonaro, que, como disse, foi quem o indicou como candidato. Repetiu o velho chavão dos politiquês, o de “governar para todos”. Reafirmou as promessas de campanha de uma economia “dinâmica e aberta, parceira com o empreendedor e a iniciativa privada”, o que significa avançar as privatizações. Fez demagogia ao referir-se ao “resgate social”, elencando os moradores de rua, os dependentes químicos, sem “abrigo, emprego e futuro”. Prometeu mais moradia, melhoria no ensino, saúde, e, como não poderia deixar passar, no clima de demagogia com a eleição de Lula, se colocou pelo combate à pobreza e à fome. Também ressaltou o fortalecimento e a modernização da segurança pública, o seja, equipar o Estado policial. Para concluir, Tarcísio lembrou dos ex-governadores Franco Montoro e Mário Covas, que estiveram à frente no estado de São Paulo. Assim, o bolsonarista acenou para os politiquês do PSDB, como forma de aproximar-se de uma parcela do espectro mais à direita dos peessedebistas.

Secretariado bolsonarista do novo governo

Apesar do discurso hipócrita de que priorizaria as competências técnicas, o secretariado de Tarcísio espelha o compromisso de manter-se fiel à diretriz do governo Bolsonaro, do qual foi ministro da infraestrutura. Grande parte de seu secretariado é composta por assessores dos ministérios e de parlamentares diretamente vinculados ao governo Bolsonaro – como Arthur Lima (Casa Civil), Lais Vita (Comunicações), Samuel Kinoshita (Fazenda), Caio Paes de Andrade (Gestão e Governo Digital), Natalia Resende (Infraestrutura, Transportes e Meio Ambiente), Fábio Pietro (Justiça e Cidadania), Sonaira Fernandes (Mulher), Rafael Benini (Parcerias e Investimentos) –, ou por políticos diretamente envolvidos em sua eleição – como o presidente do PSD Gilberto Kassab; o militar bolsonarista e ex-dirigente da Rota, Guilherme Derrite; o coronel e ex-comandante da tropa de

choque, Marcello Streifinger; o empresário e ex-Secretário da Educação do governo Ratinho do Paraná (Renato Feder).

Como se vê, um secretariado composto pela corja defensora do avanço da privatização e do fortalecimento do Estado policial. A máscara que Tarcísio vestiu como um governo que andarás com suas próprias pernas veio abaixo. Será um governo que se empenhará em reabilitar a ultradireita bolsonarista, para as próximas eleições presidenciais.

Tarcísio já mostrou a que veio

Logo no primeiro dia de governo, Tarcísio reuniu seu secretariado e informou que pretende privatizar a Sabesp e o Porto de Santos, apesar do anúncio de Lula de não privatizar o porto, e encaminhar o leilão do Rodoanel. Junto com esse plano de privatização, voltou a discursar pelo fim da Cracolândia e pelo atendimento aos moradores de rua. Ao mesmo tempo, disse que sancionará o reajuste de 50% no seu salário e no dos seus secretários, aprovados na Alesp, inclusive com o voto dos deputados petistas.

O fundamental da eleição do bolsonarista Tarcísio

Tudo indica que dará continuidade ao fortalecimento do Estado Policial, ao ataque ao funcionalismo, à precarização da saúde e do públicos e impulso às privatizações. São Paulo é o estado que mais expressa as contradições do capitalismo em decomposição. O crescimento das favelas e dos moradores de rua, bem como a degradação social refletida na Cracolândia, correspondem às condições estruturais da pobreza, miséria e fome, que estão na base do capitalismo, que não tem como garantir empregos, salários e direitos necessários à reprodução da força de trabalho e à elevação elementar das condições de vida da maioria oprimida.

São Paulo arca com um dos maiores índices desemprego e subemprego. Uma massa de jovens subsiste na informalidade, sem perspectiva de formação educacional e de ingresso na produção. A propaganda de que São Paulo é o exemplo de redução da criminalidade e da letalidade policial é mascarada e está em choque com o lugar de carro-chefe da economia nacional. As chagas refletidas de forma concentrada na Cracolândia e nos miseráveis espalhados pelo centro da capital do estado não poderão ser debeladas por nenhum governo burguês. Ao contrário, a tendência é de agravamento da decomposição social.

A ascensão da ultradireita, materializada na figura de Tarcísio, reflete os fracassos do PSDB em estancar a barbárie no estado mais poderoso da Federação. Esse fenômeno político é semelhante ao que se passou em nível nacional com a impotência dos treze anos de governo de Lula e Dilma Rousseff. O estado de São Paulo abriga grande parte da classe operária e de suas camadas mais avançadas culturalmente, haja vista, o contingente de especializado no setor de metalurgia.

É importante não desvincular a vitória de Lula da vitória de Tarcísio, que comandará o estado com maior influência social e política do país. A influência do PT é grande como comprova os mais de dez milhões de votos em Haddad.

Como se vê, a luta pela independência política dos sindicatos e dos movimentos diante do Estado burguês ocupa um lugar particular em São Paulo. A penetração da política revolucionária no seio do proletariado paulista é a condição para a organização independente do proletariado nacional.

Intervenção no debate ocorrido em 12 de dezembro de 2022, no canal Mesa de Debates

Reorganização da esquerda e os desafios para 2023

Falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Vou fazer minha exposição da seguinte forma: colocarei a ideia principal logo no começo, para depois desenvolvê-la nos detalhes, nas particularidades. A ideia principal que trazemos para esse debate é que, neste momento, abre-se uma nova etapa na crise política no Brasil com a eleição de Lula, com o retorno do PT ao poder depois do golpe de 2016. Esse retorno expressa diversos fatores, mas os principais são os que expressam uma profunda divisão originada na burguesia. É uma divisão interburguesa, que se manifesta politicamente nas diferentes classes sociais. Então, as classes foram cindidas por conta dessa divisão interburguesa. Vimos o resultado eleitoral, com uma diferença muito pequena entre as candidaturas de Bolsonaro e Lula.

Essa divisão interburguesa expressou também uma radicalização pela direita, da classe média principalmente, e, por outro lado, expressou uma ausência quase completa de independência política e organizativa do proletariado, dos trabalhadores em geral. Ou seja, os sindicatos e as organizações populares se submeteram completamente a uma das candidaturas burguesas que estavam postas. A partir dessa análise, bem geral, vamos responder que é preciso, neste momento, reunificar os trabalhadores. E isso não pode ser feito com afastamento de Bolsonaro da Presidência, que, agora, vai se expressar como oposição burguesa, e nem pelo governo burguês, que acabou de se formar, como governo burguês de frente ampla. Essa definição é importante: o governo Lula é um governo burguês de frente ampla, que está em via de se constituir. Então, a superação desse divisionismo não se pode dar por nenhum desses caminhos, precisa se dar pelo da independência de classe. Esse é o ponto central.

É preciso levantar um programa próprio de reivindicações dos trabalhadores, a ser defendido pelos métodos próprios da luta de classes, e que expresse a independência política de suas organizações. Nesse sentido, para concluir essa tese inicial, o POR defende que se forme imediatamente uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula. Isso é importante, porque não é para amanhã ou para o ano que vem. É para agora! É preciso formar uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula.

Podemos partir, então, para os pormenores e particularidades dessa tese principal. A primeira consideração está em ver como chegamos até aqui, depois traçamos um prognóstico. E para ser breve, já que o tempo é curto, nós chegamos até aqui, nesta profunda crise econômica e política, que no Brasil se manifestou já em 2013, e de 2014 em diante. O País entrou em processo de recessão no final de 2014. Criaram-se as condições para um golpe de Estado, que derrubou o governo Dilma, e, agora, o PT retorna ao poder, curiosamente, trazendo para dentro do governo aqueles que tiraram o PT em 2016. Nessas condições, a crise política profunda que estamos vivendo é expressão de um ascenso da luta de classes em 2019, um ascenso da luta das massas, que foi desmontado e interrompido através, de um lado, pela repressão burguesa, e, de outro, por conta da Pandemia que surgiu em 2020.

Na Pandemia, não precisamos entrar aqui nos detalhes, já temos outros debates sobre a crise, mas o principal é que se formou também uma ampla frente de união nacional, como foi chamado por alguns sindicatos e centrais sindicais, em que se configurou uma resposta burguesa para o problema da Pandemia. E a ausência de resposta independente pelo proletariado marcou o caminho político desenvolvido pela oposição burguesa. O proletariado,

assim, se mostrou carente organizações independentes, já que os sindicatos, centrais e movimentos populares se embocaram atrás da candidatura de Lula, seguindo a mesma política apresentada na Pandemia na forma de uma frente ampla oposicionista, que se colocou pela política burguesa do isolamento social. O que isso significa? O isolamento social, nós sabemos, é correto, científico, mas é aplicado de acordo com uma determinada política de classe. Quando o proletariado não tem uma resposta própria, o que se impõe é uma resposta burguesa. Foi isso que aconteceu. Assim, as direções burocráticas se abrigaram e promoveram a bandeira do “Fique em Casa”. O resultado foi que uma parte significativa do proletariado não contou com nenhuma proteção sanitária, e ainda teve de arcar com MP 936, que serviu aos capitalistas para reduzir os salários e destruírem direitos trabalhistas. Isso em nome da manutenção dos empregos, quando se erguia uma enorme onda de demissão e de crescimento da miséria absoluta entre as massas.

O mais importante de tudo isso, no desenvolvimento da luta de classes na Pandemia, foi que os sindicatos e as organizações populares foram fechados. Interrompeu-se qualquer possibilidade do proletariado se organizar e lutar de forma independente. Os sindicatos foram literalmente fechados. Sabemos que no Brasil maior parte dos sindicatos e movimentos populares é dirigida pelo petismo, é dirigida pelo reformismo. Então, foi justamente o petismo, o reformismo, que fechou os sindicatos, que interrompeu as lutas. Sabemos que houve algumas manifestações, mas foram de forma espontânea e isoladas. Os movimentos sociais e sindicatos estavam fechados e ficaram assim por 1 ano e 3 meses. Isso foi um ataque duríssimo, gravíssimo, às possibilidades de luta dos trabalhadores.

Essa interrupção, esse fechamento dos sindicatos e movimentos sociais, só foi quebrado em 29 de maio, quando saem às ruas pelo movimento “Fora Bolsonaro”, que rapidamente se mostrou como um movimento que conduziria, ou seja sua direção petista conduziria, para um desgaste do governo Bolsonaro, que seria capitalizado nas eleições de 2022. Foi exatamente isso que aconteceu. O movimento foi levado a “banho-maria” pelo petismo, ou seja, sem organizar a classe, sem organizar os trabalhadores a partir do seu local de trabalho, por meio de seus sindicatos, para que pudessem fazer o combate, fazer a paralisação da produção etc. Sem o combate real ao governo Bolsonaro, em defesa de um programa de reivindicações e com os métodos da luta de classes, a frente oposicionista burguesa e pequeno burguês, comandada pela centrais sindicais e partidos aliado ao PT, passaram a arregimentar eleitoralmente os explorados e a potenciar a candidatura de Lula, sob a diretriz de uma frente ampla. O que aconteceu foi que as manifestações, que contaram com a presença espontânea, sobretudo de manifestantes de classe média, ou seja, não organizados pelas entidades de classe, realizadas aos sábados para não interromper a produção social etc. acabaram servindo à estratégia de substituir um governo burguês de ultradireita por outro de centro-direita. Então, o que vimos foi que o movimento “Fora Bolsonaro” era, na prática, a defesa da substituição de um governo burguês por outro, seja pela via do impeachment – a CPI acabou servindo apenas de espantinho – ou pela das eleições, que finalmente prevaleceu.

Dito e feito. Esse movimento desembocou nas eleições, e o processo eleitoral esteve o tempo todo marcado por manifestações golpistas de Bolsonaro, e que não foram respondidas à altura pelo petismo e pelas organizações dos trabalhadores. Quem respondeu

ao golpismo foram instituições do próprio Estado, principalmente o Judiciário, e um setor da burguesia que se desprende do apoio ao governo de ultradireita. Nós vimos naquele movimento pela democracia, justamente, a presença e a direção de um setor da burguesia, que passou a temer uma aventura golpista, o que determinou a candidatura de Lula. Ou seja, uma candidatura que, para vencer o espantinho do fascismo - depois podemos aprofundar melhor essa ideia - passou a contar com a formação de uma ampla aliança com setores da burguesia e com setores do movimento social e as organizações sindicais dos trabalhadores. Foi assim que aconteceram as eleições. A eleição de Lula se deu nesse marco.

A partir da eleição de Lula, podemos agora pensar em prognósticos para o ano que vem. E o ano que vem está condicionado pelo desenvolvimento da crise econômica e social. Diversas entidades da própria burguesia apontam que a tendência da crise é de se aprofundar. A crise econômica internacional tende a se aprofundar. E vai se aprofundar em continuidade à crise do capital, desencadeada em 2008, que não foi resolvida e que agravou, ao longo de mais de 10 anos, com a manifestação global da Pandemia. Em sequência sobreveio a guerra na Ucrânia. Uma guerra de destruição, uma guerra devastadora na Ucrânia, e que tem empurrado a economia mundial para a recessão, que poderá atingir a maioria dos países. É uma guerra que condiciona todo o cenário internacional. E o cenário internacional, por sua vez, condiciona o cenário nacional. Ou seja, as possibilidades da economia nacional para o ano que vem são de continuidade da crise, que poderá ser mais ou menos profunda. É a partir dessa tendência que temos de pensar no governo Lula. Obviamente, não será uma reedição do primeiro mandato de Lula, mas sim um governo de crise e de ataque aos trabalhadores. Não existe nenhuma condição do governo ser progressista ou do governo dar qualquer benefício para os explorados, no máximo concederá as migalhas aos miseráveis e famintos, que sempre são prometidas. O proletariado nem com elas poderá contar.

A partir dessa previsão, para concluir, as tarefas da esquerda, para o ano que vem, devem se guiar pela formação de uma oposição revolucionária ao governo Lula. Uma oposição revolucionária que tenha por eixo a luta pela independência de classe dos explo-

rados. Essa orientação, para o POR, é fundamental. Ou seja, não pode ter nenhum tipo de apoio ao governo burguês de Lula. E não se pode esperar para ver o que vai acontecer. Não se pode esperar para ver quando o governo vai atacar. Porque o governo, ao se formar, já ataca os trabalhadores. Ele não vai atacar os trabalhadores no ano que vem. Ele já está num processo de ataque. Estamos vendo isso na equipe de transição, na aliança com o Lira, na impossibilidade de revogação das reformas trabalhista e previdenciária. Não existe nenhuma discussão sobre o abandono da PEC do Teto, apenas houve uma ampliação do Teto. Essa é a primeira consideração. A segunda é que precisamos nos organizar pelos métodos próprios do proletariado, isso significa a ação direta coletiva das massas. Significa que é preciso formar, nas suas organizações, nos sindicatos, no movimento social, as oposições classistas e revolucionárias para varrer com essas direções pelegas, traidoras, que estão postas e que já deixaram claro que vão sustentar esse governo. As direções sindicais já disseram que vão sustentar esse governo, basta ver a reunião recente que aconteceu entre as direções sindicais e a equipe de transição, em que se colocaram contra a revogação da reforma trabalhista. Isso é um ataque sem precedentes aos trabalhadores, quando as direções sindicais se colocam contra a revogação da reforma trabalhista. Então, é a partir desde já e com esses métodos que essa oposição revolucionária deve se formar.

Agora, para concluir, essa oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla de Lula, precisa combater também o golpismo e o bolsonarismo. Mas esse combate ao golpismo e bolsonarismo não poderá ser através do apoio ao governo burguês de Lula. Não é se pode misturar com o reformismo e com esse governo burguês, em nome do combate ao bolsonarismo e golpismo. Não! É através da independência de classe. É através da classe organizada, preparada, com seus métodos próprios, com um programa próprio de reivindicações, por emprego, salário, direitos, moradia etc. que os explorados se defenderão da crise capitalista e das medidas antioperárias do governo. É com um programa próprio dos trabalhadores que será possível combater o golpismo e ao mesmo tempo combater o governo burguês de Lula. Essa é a defesa que o POR tem começado a desenvolver a partir das eleições. Concluo por aqui.

Campanhas POR

Boletim Nossa Classe – Rio Grande do Sul

Sindtextil abandona operários da Sultextil à própria sorte

O dono da Sultextil havia prometido aos operários o pagamento do décimo-terceiro e das férias para o dia 20 de dezembro, dois dias antes das férias coletivas iniciarem. Chegado o dia do pagamento, os operários souberam que haviam sido enganados e que não receberiam nada. Uma nova promessa foi feita, de que o pagamento do décimo-terceiro seria no fim do mês e as férias, em meados de janeiro. O Boletim Nossa Classe havia alertado os operários, desde a primeira promessa, de que não podiam confiar no patrão.

A partir da denúncia correta do Boletim, o POR foi procurado para ajudar a organizar a luta dos operários. Como o dia 21 seria o último dia de trabalho, os operários decidiram então por paralisar desde a primeira hora da manhã. Chamaram o sindicato, que, por sua vez, prometeu apoiá-los. De alguma forma, o patrão ficou sabendo sobre os planos dos operários e resolveu que as férias seriam adiantadas para o dia 20 e informou separadamente aos operários de que ninguém precisava ir trabalhar no dia 21, tentando com isso impedir a mobilização.

Assim, os operários do primeiro turno se dirigiram até a fábrica na noite do dia 20 e se uniram aos operários do segundo turno. que pararam de trabalhar e foram para o portão principal. Um funcionário do RH apareceu para dar as mesmas desculpas de sempre, em nome da empresa. Disse aos operários que não há dinheiro, que a empresa está à venda e que o patrão fará um empréstimo para pagar todos em breve. Como os operários já estavam cansados das promessas não cumpridas, resolveram realizar um protesto na frente da loja da Sultextil, onde é vendido o produto do seu trabalho, no centro da cidade, na quinta, dia 22. Porém, ao buscar apoio do sindicato, perceberam que tinham sido abandonados. Houve a tentativa de procurar apoio em sindicatos de outras categorias, como o Sindicato dos Metalúrgicos, dirigido pelo PCdoB, do CPERS (professores estaduais), dirigido pelo PT, do Sindiserv (Servidores Municipais), dirigido também pelo PT, mas a burocracia não respondeu o contato ou, como no caso do CPERS, disse que por ser época de Natal não podia ajudar em nada. Também houve busca pelo apoio de organizações políticas, que se reivindicam dos trabalhadores e que se sabiam do que se passava em Caxias do Sul.

O PSTU alegou não estar organizado em Caxias do Sul (mas no período eleitoral, esteve ativo), o PSOL e o PT nem sequer responderam, e apenas o PCB e MRT apoiaram a causa dos operários da Sultextil. Mas, com pouca força e isolados, o medo tomou conta e o ato não teve como se realizar. A direção constituída entre os operários se mostrou vacilante e a maioria não se sentiu segura para entrar em conflito aberto com a empresa.

O POR interveio nesse conflito procurando organizar uma direção da luta, e distribuindo o primeiro Boletim Nossa Classe. Essa experiência demonstra a necessidade urgente de formar oposições sindicais classistas e destituir a burocracia das direções dos sindicatos, colocando estes a serviço dos interesses dos trabalhadores. O POR que já vinha fazendo campanha na cidade de Caxias, chamando pela solidariedade de classe na luta contra o fechamento da Sultextil e contra o calote planejado pela empresa, mantém a mesma disposição de incentivar a luta dos operários pelos seus empregos e seus direitos, e de chamar a todos para a unidade em torno destas reivindicações, uma vez que não se trata de um caso isolado, mas sim parte de uma série de fechamento de fábricas e calotes que têm ocorrido no último período.

Empresa persegue operários, demite por justa causa e ameaça os demais

No dia 3 de janeiro, quando voltaram ao trabalho, sem receber o pagamento das férias e do décimo-terceiro, os operários que

havam tomado a iniciativa das paralisações e do enfrentamento diante do calote foram demitidos por justa causa, sob acusação de estariam vinculados ao POR e serem responsáveis pela campanha na cidade. Diante das demissões, a empresa reuniu os outros operários para lançar a ameaça: isto deve servir de exemplo para aqueles que ousarem contestar ou reclamar dos ataques da empresa aos direitos trabalhistas. Assim, a empresa pretende manter os operários calados diante de uma situação em que estes sequer têm garantias de receber o que está atrasado e nem mesmo os próximos pagamentos.

O fato da direção do sindicato e a negativa das centrais e demais organizações sindicais, bem como a atitude passiva dos partidos políticos que se reivindicam dos trabalhadores, de não organizarem a luta é a principal razão da derrota do movimento. A debilidade dos operários é fruto do isolamento e da ausência da organização, que impossibilitou a ação coletiva e fez recair sobre os mais combativos as consequências da ditadura dos patrões. É urgente a organização de oposições, que arranquem os sindicatos das mãos dos burocratas vendidos.

O Boletim Nossa Classe faz a campanha pela imediata readmissão dos operários demitidos. E pelo direito de manifestação e organização sindicais e políticas. Continua exigindo que as centrais e as organizações sindicais e populares abandonem a passividade e se coloquem pela campanha de readmissão dos companheiros demitidos da Sultextil. Pela readmissão imediata! Abaixo a perseguição política contra a classe operária! Pelo direito irrestrito de defender seus empregos e salários!

Boletim Nossa Classe – Rio Grande do Norte

Política Operária

O que esperar do governo Lula?

Nenhuma confiança no novo governo burguês!

Lutar por uma pauta própria de reivindicações da classe operária!

Lula não poderá governar para os pobres, miseráveis e famintos. Isso por que terá de governar para os capitalistas que nos exploram. A classe operária e os demais trabalhadores não podem acreditar que as promessas eleitorais serão cumpridas. O desemprego continuará mutilando os assalariados, o subemprego continuará mantendo milhões na miséria, o salário mínimo continuará sendo de fome, a terceirização continuará precarizando as condições de trabalho, a informalidade continuará condenando milhões a não terem carteira assinada, a saúde pública continuará sucateada e a falta de moradia continuará a produzir os sem-teto.

O governo que está sendo montado por Lula conta com a participação de partidos burgueses, como o MDB, PSDB, PSD e outros. Esses partidos derrubaram o governo de Dilma Rousseff. Agora, voltam ao poder pelas mãos do próprio PT. Bolsonaro

fracassou em sua tentativa de golpe. Mas, os bolsonaristas vão aproveitar o não cumprimento das promessas eleitorais de Lula, para fortalecer o campo da ultradireita. A classe operária e os demais trabalhadores não devem confiar no governo Lula e devem combater o golpismo bolsonarista.

O Boletim Nossa Classe, durante a campanha eleitoral, se colocou pelo voto nulo, pela independência dos sindicatos diante das eleições burguesas e chamou os trabalhadores a confiarem em suas próprias forças e a lutarem por um programa de reivindicações. O Boletim Nossa Classe, agora, chama os explorados a não confiarem no novo governo burguês e a se colocarem imediatamente pela defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas, saúde, educação e moradia. Chama os explorados a se colocarem por uma oposição revolucionária ao governo Lula e pelo combate ao bolsonarismo golpista.

Convenção Coletiva 2023 das Costureiras do RN

Somente uma forte campanha salarial pode conquistar o aumento real dos salários e melhores condições de trabalho

A Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) é o documento, negociado entre o sindicato das costureiras (Sindconfeções) e o sindicato patronal, onde se acorda o reajuste salarial e os direitos da categoria. A cada ano, no dia 1º de janeiro, passa a valer uma nova Convenção Coletiva. Atualmente, estamos no período de

negociação da Convenção de 2023, que fixará, dentre outras coisas, o piso salarial para o próximo ano.

Há muito tempo que as costureiras têm o valor do salário mínimo como piso salarial. Para conquistar um aumento real dos salários, é preciso uma forte campanha salarial, assembleias nas

portas das fábricas para que os(as) operários(as) possam deliberar qual deve ser o piso salarial da categoria e as demais reivindicações.

Uma vez deliberada a pauta de reivindicações, é necessário organizar a luta, com paralisações, manifestações e, se necessário, uma forte greve para que os patrões atendam às reivindicações. É assim que a classe operária, na história, tem conquistado os seus direitos.

Por isso, o Boletim Nossa Classe defende que o Sindicato das Costureiras (Sindconfecções) organize as assembleias

nas portas de fábrica, com a participação massiva dos trabalhadores, para organizar a campanha salarial ativa por uma pauta de reivindicações, que inclua: 1) um piso salarial vital, suficiente para satisfazer as reais necessidades de uma família; 2) nada de trabalho aos sábados e 1 hora a mais; fim do banco de horas; 3) fim das metas abusivas e da sobrecarga; contratação de mais trabalhadores; 4) pagamento/aumento do vale-alimentação; 5) garantia de creches para que as operárias mães possam deixar seus filhos durante o trabalho.

Fábrica Guararapes atrasa pagamento das férias de trabalhadores

Uma parte dos operários que entrou de férias dia 13/12 teve seus pagamentos de férias atrasados. Trata-se de um cerceamento do direito do gozo de férias, uma vez que pressupõe o pagamento antecipado da remuneração, para que o trabalhador possa usufruir de suas férias.

Além de um claro cerceamento de um direito trabalhista essencial, a empresa comete uma ilegalidade. Pois, segundo o Art. 145 da CLT: "O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período."

Os trabalhadores que entraram de férias em 13/12 tiveram seu

direito claramente cerceado. Trata-se de mais um abuso patronal e uma ilegalidade cometida contra os trabalhadores. A direção do Sindconfecções (CTB), tem o dever de tomar as providências quanto a isso, o que inclui organizar os trabalhadores que tiveram seu direito de férias prejudicado.

O Boletim Nossa Classe chama os operários conscientes a se organizarem coletivamente para defender os seus direitos. É preciso organizar uma oposição sindical classista e combativa no interior das fábricas, para combater os abusos patronais e recuperar o sindicato como um instrumento de luta da categoria!

Boletim Nossa Classe – Pernambuco

Política Operária

Traidores! Centrais sindicais dizem a Lula que não querem a revogação da Reforma Trabalhista

As maiores centrais sindicais do país se reuniram com Lula no dia 1 de dezembro. Todas usaram a estrutura sindical para iludir os trabalhadores que o novo governo vai resolver seus problemas. Essas burocracias sindicais agora estão na base de apoio do governo, vão colocar em primeiro plano a defesa da governabilidade de Lula. Para isso, precisam impedir a luta dos trabalhadores por suas reivindicações. Amarram os trabalhadores com a política da conciliação de classes.

A reforma trabalhista aprovada por Temer, em 2017, rasgou a CLT, deixou os trabalhadores completamente desprotegidos diante da ganância dos patrões. Com o acordo individual, não há mais limite legal à exploração. As jornadas se prolongam, direitos

são destruídos e só cresce a precarização. Agora, os burocratas, para facilitar a vida do governo e, nas palavras deles, "não assustar os empresários", dizem: "Deixamos claro de forma unificada que o movimento sindical não quer a revogação da reforma trabalhista". Só falam de "repactuar" alguns pontos.

Essa fala das Centrais não representa os trabalhadores brasileiros que estão sofrendo com os efeitos da maldita Reforma Trabalhista. O Boletim Nossa Classe exige dos sindicatos e centrais que convoquem assembleias para ouvir os trabalhadores, certamente eles dirão que querem a revogação total da Reforma Trabalhista. O método para reconquistar nossos direitos só pode ser a ação direta coletiva, com a construção de uma verdadeira greve geral.

Denúncia: Vera Cruz descumpra acordo e obriga a trabalhar aos sábados e feriados! Se está precisando de mais operador, que readmita os que foram mandados embora!

Mais uma vez o Boletim Nossa Classe recebe denúncias dos abusos da empresa Vera Cruz contra os que trabalham por tabela, que já foram pressionados a dobrar e agora estão sendo pressionados a trabalharem aos sábados a cada 15 dias e feriados.

Se a Vera Cruz aumenta a jornada sob a justificativa de que não tem operador suficiente, que readmita os rodoviários que perderam seus empregos! Não são os que ficaram que devem sofrer com a sobrecarga de trabalho.

O Boletim Nossa Classe defende: Que o Sindicato dos Rodoviários convoque urgentemente uma assembleia na garagem Vera Cruz, que sirva para fortalecer a luta da categoria em defesa do cumprimento dos direitos, inclusive a jornada de trabalho e salário. Unir empregados e desempregados pela reintegração total dos demitidos.

Ato contra as demissões da Mobi-PE: Que o sindicato convoque a Assembleia geral para organizar a luta contra as demissões

A Mobi-PE demitiu, no início de dezembro, 65 cobradores que atuavam como atendentes nos terminais BRT. Em resposta, o sindicato fez um ato que bloqueou a avenida Guararapes no dia 12/12. A direção do Sindicato (PSOL/Resistência) reclamou que as demissões em massa ocorreram sem aviso prévio. A Grande Recife Consórcio, que passou assumir as operações de atendimento nos terminais diz que agiu de acordo com a lei e que o problema dos cobradores deve ser resolvido entre o sindicato e a Mobi-PE.

O fato é que a função de cobrador já está sendo extinta desde 2019, com agravamento na pandemia. A direção do sindicato abandonou a luta contra as demissões e dupla função, canalizou apenas para processos judiciais, sem os métodos de luta de clas-

ses. O sindicato precisa chamar assembleia dos trabalhadores da Mobi-PE e geral dos guarás para erguer uma greve poderosa contra a dupla função e readmissão de todos os demitidos. Sem a força da greve da categoria, as ações jurídicas e midiáticas da direção, com atos com um punhado de diretores e funcionários do sindicato, são incapazes de barrar o avanço das demissões e da superexploração.

O Boletim Nossa Classe defende: Que a direção convoque as assembleias nas garagens e assembleia geral da categoria. Que os rodoviários construam seus comitês de luta pela base para organizar a luta pelos empregos, direitos e salários.

300 dias de guerra na Ucrânia

Que a classe operária e demais explorados se coloquem pelo: Fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases norte-americanas na Europa, revogação das sanções econômico-financeiras à Rússia; autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Pelo fim da guerra sem os imperativos dos Estados Unidos, da União Europeia e da OTAN, por uma paz sem anexação.

Rio de Janeiro – Volta Redonda

Nova direção sindical toma posse no Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda/RJ

A chapa 2, que venceu a eleição do sindicato com 1.212 votos, correspondentes a 67,1%, finalmente tomou posse no dia 12 de dezembro. Essa chapa é o resultado da organização de um movimento de oposição, construído pelos próprios operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que ganhou força a partir das paralisações de setores da fábrica, reivindicando a reposição salarial de 25%, cartão alimentação de R\$ 800,00 e o fim do banco de horas.

Durante as paralisações, foi formada uma comissão de trabalhadores, eleita pelos próprios operários, para negociar diretamente com a empresa e sindicato. A chapa 2 se constituiu em torno a essa Comissão de Trabalhadores, apoiada pela CSP-Conlutas e CTB. Os membros da Comissão, quase todos demitidos durante a luta, encabeçaram o descontentamento da base com a direção sindical traidora, o que se expressou na esmagadora vitória na eleição para o sindicato.

A experiência da luta dos operários da CSN traz ricas lições sobre como a classe operária, quando se levanta em torno às suas

reivindicações, é capaz de varrer a direção sindical traidora do controle do sindicato. Mostra também o papel da comissão de fábrica como um meio para mobilizar os operários na fábrica para lutar em defesa de seus direitos e salários.

A chapa vencedora, para que não se burocratize, necessita constituir-se como uma direção revolucionária, apoiando-se na realização das assembleias democráticas, manifestações, paralisações, greves etc. Deve trabalhar por um programa de reivindicações, pela independência política da classe operária, pela unidade dos trabalhadores, pela constituição de uma rede de comissões de fábrica, pelo direito irrestrito de greve, pela rejeição à conciliação de classe, pela desburocratização dos sindicatos e pela estratégia revolucionária de combate ao capitalismo. A vanguarda operária com consciência de classe tem a experiência dos operários da CSN como um exemplo na luta por organizar as oposições sindicais classistas e combativas, e recuperar os sindicatos como instrumentos de luta da categoria.

Rio de Janeiro

Novo aumento nas tarifas de transporte

A tarifa dos ônibus municipais do Rio de Janeiro vai aumentar no dia 7 de janeiro, do atual valor de R\$ 4,05 para R\$ 4,30. Eduardo Paes, prefeito da cidade, fez o anúncio no dia 30 de dezembro, alegando que desde 2019 não ocorreram reajustes, então a cidade não poderia bancar mais um ano de congelamento. Paes também disse que houve aumento nos custos dos transportes ao longo do

tempo, como o diesel, lubrificantes e mão de obra, então a tarifa precisaria aumentar. Mesmo com os reajustes, os subsídios vão continuar. O prefeito disse que vai continuar cobrando melhorias nesse transporte.

O trabalhador da cidade do Rio de Janeiro sabe que nem o prefeito faz esse tipo de pedido, nem essa melhoria chega. Diariamente

te, acompanha notícias das condições precárias dos ônibus, seja na rede BRT, seja nos ônibus que circulam entre bairros, principalmente nos bairros mais proletários.

Além do reajuste acontecer em um serviço que mal funciona, atinge o funcionamento das vãs. O transporte das vãs no Rio de Janeiro enfrenta, quando não há fiscalização, o monopólio da milícia e é o principal transporte para os trabalhadores das duas maiores zonas da cidade, a zona oeste e a zona norte. Existem locais em que a milícia proíbe ou restringe a circulação dos ônibus para que as vãs lucrem. A questão é que quando o valor do ônibus é reajustado, o das vãs também são. O prefeito e o governador fingem que essa realidade não existe.

Boletim O Proletário - Ceará

Sem resistência do movimento sindical, Sarto/PDT aprova taxa do lixo

No dia 20/12, a Câmara Municipal de Fortaleza aprovou por 20 votos a 18 e 4 abstenções a taxa do lixo, que entra em vigor em abril desde ano. O projeto de lei nº 437/22 institui a cobrança de um valor mínimo de R\$ 256,00 e máximo de R\$ 1.600 por ano, conforme o valor venal dos imóveis, e se ampara no novo marco nacional de saneamento (Lei Federal 14.026/21) de Bolsonaro.

De forma sorrateira, a prefeitura escolheu o final do ano para colocar em pauta seu projeto de taxação e fez um esforço monumental para articular sua base, oferecendo vantagens financeiras aos mais fiéis e fazendo ameaças aos mais inseguros. Seu objetivo era impor a aprovação da lei a qualquer custo (daí o caráter de urgência da votação) e impedir qualquer resistência proletária e popular. Na semana anterior à aprovação da maldita taxa, houve manifestações, sobretudo de movimentos de bairro, que estiveram na Câmara em luta contra a ofensiva da prefeitura. Os manifestantes ocuparam as galerias, levaram cartazes e gritavam palavras de ordem pela derrubada da taxa do lixo, porém o pouco contingente não poderia impedir a votação por meio da ação direta. Chamou a atenção o fato das organizações de massa como a CUT, CTB, UNE, UBES, Frente Povo sem Medo, CMP etc., estarem completamente ausentes e não levantarem um dedo sequer para mobilizar suas bases e impedir o ataque de Sarto aos explorados. Nem uma única campanha de denúncia foi realizada. Dessa forma, o problema foi posto nas mãos da bancada petista e psolista de oposição, quase exclusivamente com fins de desgastar Sarto e potenciar uma candidatura própria do PT em 2024.



Permanece a tarefa de organizar a luta dos explorados por um programa próprio de reivindicações, que inclua os preços e a qualidade dos transportes. Os novos governos que se formaram a partir das eleições de 2022, todos eles, estão comprometidos com o capital e com diferentes interesses dos capitalistas. Assim, os trabalhadores só poderão enfrentar tais governos com independência de classe, exigindo que os sindicatos e movimentos organizem a luta contra mais esse abuso dos governantes. Devemos levantar a bandeira da estatização dos transportes públicos, sem nenhuma indenização aos capitalistas, e seu controle pelos trabalhadores.

O POR esteve presente nos atos na Câmara Municipal e impulsionou também um ato de bairro no Acarapé, onde explicou que a população pobre, que suporta o desemprego, aluguéis caros, superexploração do trabalho, salários de fome e já paga IPTU, ISS e outros tributos, deve rejeitar a taxa do lixo como mais um ataque às suas condições de vida. Denunciou que Sarto, que governa para a burguesia, trabalha para alimentar os lucros das empresas e grupos que vivem dos contratos com a Prefeitura para prestação de serviços de limpeza urbana, como a Ecofor-Marquise. Eis por que a luta pela derrubada da taxa do lixo deve estar vinculada à reivindicação de estatização sem indenização de todas as empresas do sistema de limpeza urbana, sob controle operário.

Os novos impostos criados pela burguesia, tal como a retirada de direitos etc, são parte do ataque às condições de vida das massas exploradas. Diante da crise geral capitalista, os grupos privados empresariais, cada vez mais pressionam pela ajuda do Estado, ao mesmo tempo em que exigem dos oprimidos sacrifícios sempre maiores. A luta das massas contra todos esses ataques passa, inevitavelmente, pelo combate às burocracias sindicais traidoras e à política de conciliação de classe com a burguesia. Erguer, a partir das lutas, um amplo movimento nos bairros e fábricas, com os métodos próprios dos explorados, levantando as reivindicações mais sentidas é a tarefa a que deve se dedicar a vanguarda com consciência de classe.

R\$5

**Adquira
com o
distribuidor
do Massas:**

**Lei do desenvolvimento
desigual e combinado**

Apontamentos sobre a Lei
do Desenvolvimento Combinado,
Guillermo Lora

Extratos de Trotsky, Lênin, Rosa
Luxemburgo, Engels e Marx



Teses da Corrente Proletária na Educação para o 41º Congresso do ANDES

Em fevereiro de 2023, se realizará o 41º Congresso do ANDES-SN. A Corrente Proletária na Educação apresentou suas posições na forma de Textos de Resolução, que são a modalidade das teses nesse sindicato. Eis:

Sobre a conjuntura: nosso texto destaca o quadro pós eleição da chapa Lula/Alckmin determinado pela crise política com base nos impactos da crise econômica mundial no Brasil. Reafirma que a extrema polarização e a apertada vitória de Lula expressaram uma significativa divisão interburguesa, uma radicalização pela direita de uma grande camada da classe média e uma ausência de independência política das organizações operárias e populares. Essa divisão em torno de Lula e Bolsonaro, com a ajuda das direções sindicais e populares, arrastou as massas oprimidas. E, na medida em que essa divisão continuará sendo estimulada de parte a parte, a luta pela independência política da classe operária assume novas dimensões e particularidades. A unidade da maioria oprimida só pode ser conquistada se as massas se colocarem em movimento em defesa de suas reivindicações mais sentidas de empregos, salários, direitos e terra, com seus métodos próprios de luta, a partir dos comitês e assembleias populares presenciais. Mas, essa tarefa está em choque com a conciliação de classes encarnada no nacional-reformismo petista e no governo de frente ampla, e seguida pelas correntes de esquerda, que se embocaram em torno do PT nas eleições. A conquista da independência política e organizativa dos explorados, por outro lado, é a condição para enfrentar o novo governo e a oposição ultradireitista bolsonarista.

No quadro de desagregação capitalista, de aprofundamento das guerras comerciais e avanço dos conflitos bélicos, a tendência é de eliminação de antigas conquistas dos trabalhadores, de aumento do desemprego, subemprego e de maior superexploração do trabalho, bem como de crescimento da barbárie social. Os interesses inconciliáveis entre a minoria exploradora e a maioria explorada tornam inviável a promessa de governar para todos, como pretende Lula. Contudo, as direções das centrais sindicais, seguidas pelos sindicatos, inclusive o ANDES-SN, se colocaram, em nome de um pacto pela democracia, pela constituição de um governo de colaboração de classes. A capacidade e as diretrizes da política do governo Lula são delimitadas de forma que as massas não exerçam nenhuma influência. O governo de frente ampla é expressão do grande capital e das frações oligárquicas da burguesia nacional. Fica patente, de maneira escandalosa, a farsa reformista da defesa da “democracia em geral” e “da soberania popular”.

Os primeiros passos do ANDES-SN e movimento do funcionalismo público diante do novo governo indicam que estão trilhando o caminho da conciliação, mesmo que mantenham palavreados de autonomia e classismo. Se, antes da eleição, já haviam canalizado as lutas de rua para o eleitoralismo e, no segundo turno, se alinharam todos em torno da candidatura de Lula/Alckmin, passada as eleições, emitiram notas parabenizando Lula e se reuniram com o governo de transição, apresentando uma pauta de reposição salarial parcial, com o pretexto de caber no orçamento do governo.

A Corrente Proletária na Educação, se valeu da situação política criada pela disputa eleitoral para defender junto à classe operária e aos demais explorados o programa próprio de reivindicações e a estratégia da revolução proletária, sintetizada na bandeira do governo operário e camponês. Chamou a confiarem em suas próprias forças coletivas e unidade na luta por suas necessidades e reivindicações. Convocou a votarem nulo, em defesa de seu programa próprio e da luta direta para impor à burguesia e ao governo suas reivindicações de emprego, salário, direitos trabalhistas, moradia, saúde e educação. Na luta pela independência dos explo-

rados coloca-se a tarefa imperativa de libertar os sindicatos da burocracia e de constituir as direções classistas e revolucionárias. Nas novas condições políticas, que se desenvolverão sob o governo de frente ampla montado por Lula, essa linha se expressará no trabalho pela constituição de uma oposição revolucionária ao governo de colaboração de classes e diametralmente contrária à oposição reacionária do bolsonarismo; na defesa do programa próprio; na luta pela superação do divisionismo e pela unidade dos operários, dos camponeses, indígenas, quilombolas e das camadas pobres da classe média urbana.

Sobre o plano de lutas das estaduais e municipais, a tese da Corrente Proletária chama a combater a precarização e o arrocho salarial e a lutar pela revogação das contrarreformas em unidade o funcionalismo e a lutar por um único sistema de ensino, público, gratuito e sob o controle de quem estuda e trabalha, financiado integralmente pelo Estado. Começa chamando a atenção para estes pontos num cenário em que a vanguarda sindical e política hipotecaram a defesa das condições de vida e trabalho em nome da eleição do Lula e, em que os governos estaduais e municipais aprofundaram os ataques às universidades, aos serviços sociais e às condições de trabalho e sobrevivência dos servidores estaduais e municipais. Denuncia as condições de generalizado arrocho salarial a que estão submetidos os docentes das estaduais e municipais e as diversas formas de precarização a que estão submetidos os professores, em parte devido ao avanço do Ensino a Distância (EaD).

As reformas nas previdências (regimes próprios) também castigam pesadamente os servidores públicos estaduais e municipais. Entretanto, nos debates ocorridos no sindicato continua ausente a necessária articulação do movimento docente com o conjunto dos servidores públicos estaduais e municipais, pois certamente isolados da massa dos servidores, pouca chance os docentes e técnicos das universidades têm de resistir. Para de fato transformar a insurgência contra as reformas trabalhista e previdenciária numa verdadeira luta política é imprescindível romper com o corporativismo que predomina no ANDES.

Outro aspecto atacado pelos governos é a autonomia das universidades que é sistematicamente socavada e até agora não encontrou uma resposta à altura, pois a resposta tem se limitado a declarações e a abordá-la do ponto de vista da formalidade jurídica, no quadro das instituições burguesas (“democráticas”) e centrada nas preocupações da gestão financeira. A Corrente Proletária na Educação defende que autonomia universitária significa o autogoverno da comunidade universitária e é incompatível com a estrutura atual que subordina a alta cúpula (reitorias) aos governos. A defesa coerente da autonomia universitária exige a substituição do poder da burocracia universitária pelo governo tripartite subordinado à Assembleia Geral Universitária que delibera pelo voto universal. Mas, exige também que todo o sistema privado de ensino seja estatizado e se constitua um único sistema público e gratuito, controlado pelos que estudam e trabalham, que dê acesso a todos os jovens sem restrições.

Sobre a política sindical, a tese da Corrente se coloca pela não desfiliação da CSP-Conlutas, rejeitar o divisionismo aparelhista e lutar pela unidade organizativa e política dos explorados. O último CONAD Extraordinário, realizado entre 12 e 13 de novembro, aprovou a posição da diretoria do ANDES-SN de encaminhar a desfiliação de da CSP-Conlutas. Trata-se de um percurso que pode ser embelezado de muitas formas, a principal, reafirmar a “necessidade de reorganizar a classe trabalhadora”, mas que traz, em seu interior, sobretudo, uma política aparelhista, que produziu divi-

sões, no passado, e que continuará produzindo mais divisões entre os trabalhadores, no presente.

A Corrente Proletária defende a constituição de uma Única Central Sindical. Este objetivo esteve presente no início dos anos de 1980, mas foi destruído, por oposição burguesa externa, com a criação da Força Sindical, e pela política interna dos reformistas. Entretanto este é o objetivo que cabe a toda a classe operária e ao conjunto dos trabalhadores em nosso país. A bandeira de um congresso de unificação das centrais e constituição de uma Única Central serve como a tática do momento, para se opor ao divisionismo, do passado e do presente. As bandeiras que defendemos neste ponto são: Opor-se ao divisionismo sindical, face oposta, mas irmã, do burocratismo sindical, avaliando que as divisões

Paraná

Governo Ratinho Jr. amplia a privatização Chegou a hora da Copel

No dia 21 de novembro, o governador Ratinho Jr. (PSD) enviou à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) um conjunto de 22 projetos a serem aprovados, em regime de urgência. Em 21 dias, 30% dos projetos já tinham sido aprovados. Dentre os projetos, se destacou o de privatização da Companhia Paranaense de Energia - Copel. Dias depois, (24 de novembro) de Ratinho Jr. ter enviado os projetos, popularmente conhecido como “pacotão”, o projeto de lei 493/2022 de privatização da Copel foi aprovado por 35 votos a favor e 13 votos contra.

Com a privatização da Copel, um dos resultados é a redução do controle do estado sobre a companhia, em outras palavras, o controle estatal passa para o mercado, que pressupõe a redução da sua participação acionária na empresa para até 15%, atualmente é de 31,07%. Quanto às ações ordinárias, com direito a voto, reduzem para 10% o que hoje é de 69,66%. Há que destacar que atualmente, 61,7% das ações preferenciais do capital da Copel já estão nas mãos dos capitalistas, a exemplo de acionistas como as empresas privadas B3, NYSE e LATIBEX.

Geralmente, o grande argumento dos governos burgueses, como é o de Ratinho Jr., para justificar a privatização, é o ataque à suposta “ineficiência” da produção da estatal. Ocorre que no caso da Copel é exatamente o oposto, dados do ABED-PR demonstram que desde o início do governo atual “o lucro líquido da companhia apresentou crescimento de 249,63%, saltando de R\$ 1,4 bilhão em 2018 para R\$ 5,0 bilhões em 2021”.

A questão não é privatizar por ser ou não eficiente, mas é privatizar para atender aos interesses da burguesia. Isto pode ser comprovado ao observar que no período de 2019 a 2021, a distribuição dos lucros aos capitalistas acionistas da companhia “cresceu 715,89%”. Por um lado, o resultado, se considerarmos o período acima, é um montante de R\$ 6,3 bilhões que vai para os bolsos das burguesias nacional e internacional. Não é casual que a Copel é uma das companhias listadas na Bolsa de Valores que mais pagou dividendos, o que faz dela uma empresa atrativa do ponto de vista do mercado financeiro. Por outro lado, são os trabalhadores que pagam pela privatização, com serviços mais caros e com o desemprego.

Na rádio CBN de Curitiba, em uma das entrevistas concedidas por funcionários da Copel, é destacado o quanto a privatização da Copel Telecom, realizada há dois anos, tornou seus serviços “ruins” e preços mais “altos” isso sem falar no “caos da administração” da empresa e no desemprego. Outra consequência inevitável será o incremento da precarização, que já afeta os trabalhadores terceirizados ou com outras formas de vínculos.

Não resta dúvida que a privatização da Copel provocará maior

do passado devem ser combatidas com a defesa atual da unidade organizativa e política de todos os trabalhadores do país; rejeitar a tentativa de retorno do ANDES-SN à CUT por expressar uma disputa aparelhista e não voltada à superação da fragmentação do movimento sindical e operário; rejeitar qualquer nova divisão em relação aos sindicatos ou às centrais, compreendendo que o movimento docente é parte do movimento geral dos trabalhadores e não pode ficar isolado; lutar pela realização de um Congresso de Unificação de todos os trabalhadores do país, a partir de suas reivindicações elementares, da democracia e dos métodos próprios da classe operária; que o Andes se posicione por um congresso da CSP-Conlutas que tenha por objetivo discutir e decidir sobre a defesa de uma única central classista, independente e democrática.

carestia da energia elétrica, pois agora é o “mercado” que controlará sozinho a companhia e ele é insaciável no que diz respeito a lucros e a acumulação de riquezas, não se importando com o aprofundamento da precarização de vida da classe operária e demais explorados.

Para além das limitadas manifestações dos parlamentares (deputados estaduais) contrários a aprovação do projeto de venda da Copel na ALEP, ocorreram manifestações de sindicatos. Nas vésperas de aprovação do projeto de privatização da Copel, o Fórum das Entidades Sindicais (FES) se “mobilizou” indo à ALEP para tentar “convencer” os deputados a não aprovar o projeto. O que não passou de uma manifestação limitada, pois as cartas já estavam dadas e o projeto aprovado nos bastidores. Sem falar nos discursos inflamados de deputados petistas, a exemplo de Requião Filho. Outra alternativa inócua foi a utilização de um abaixo-assinado virtual contra a privatização da Copel.

No “Coletivo de Sindicatos dos Empregados da Copel”, o presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná SENGE-PR (Leandro Grassmann) se manifestou no sentido de “sensibilizar a opinião pública, sociedade, jornais, igrejas, escolas, etc.”. Discurso que por si só estava fadado ao fracasso, pois os capitalistas não só estão a favor, como lucram com a privatização.

Outro problema que se coloca é o desemprego em massa com a privatização da Copel. Embora o governador afirme que “Nós temos a garantia para que os funcionários da Copel tenham garantida a empregabilidade”, é evidente que não passa de discurso, pois quem irá determinar o desemprego será o capitalista, que estará no comando absoluto da empresa. Embora Ratinho Jr. negue, a realidade é que o governo vai demitir seja em curto, médio e/ou longo prazos. “No atual momento, sindicatos e Copel estão com as negociações paralisadas principalmente porque a empresa quer autorização para poder demitir 35% dos seus funcionários em até cinco anos”, tanto que já sinalizou a “possibilidade de mais demissões através de um PDV”.

É preciso que os sindicatos que compõem o Coletivo Sindical dos Empregados da Copel organizem seus trabalhadores para se enfrentar a privatização da estatal por meio de um movimento pela revogação. Para isto, é preciso impulsionar a luta coletiva com os métodos próprios da classe operária: greves, ocupação da Copel, formação de comitês operários e não se render ao jogo burguês e pequeno-burguês dos parlamentares da ALEP. Que o Coletivo de Sindicatos dos Empregados da Copel defenda a revogação do projeto de lei Nº 493/2022 de privatização da Copel! Que o coletivo de sindicatos organize a luta com os métodos próprios da classe operária! Que o coletivo de sindicatos repudie a “luta” parlamentar como meio para revogar o projeto de lei de privatização da Copel!

Paraná – Londrina

Pela estatização sem indenização do transporte público, sob controle dos trabalhadores

Todo início do ano vem o tormento do aumento da tarifa do transporte coletivo. As empresas TCGL e a Londrisul, que possuem a concessão para o serviço de transporte da cidade, exigem, cada vez mais, dinheiro da prefeitura para continuar operando o serviço. Assim, provocam o terror na cabeça do povo, para justificar a necessidade do aumento da tarifa. No ano passado, as empresas solicitaram um reajuste para que a passagem custasse absurdos R\$10,00. Só não houve aumento porque o prefeito Marcelo Belinati garantiu subsídios milionários e a tarifa até caiu de R\$4,25 para R\$4,00. Todo este terror serviu para legitimar a aprovação do projeto de lei na Câmara dos Vereadores de um valor fixo anual do subsídio público os capitalistas do transporte.

Durante todo o ano, a prefeitura poderia injetar até R\$ 25 milhões para compensar supostas perdas no custeio do serviço de transporte. Este é o argumento que a empresa repete, reclamando que não há passageiros suficientes para que se pague os custos do sistema. E com isso teriam prejuízo. As empresas já até recla-

maram que teriam de reajustar o valor de R\$ 25 milhões para R\$ 40 milhões, e apresentaram um relatório à CMTU, companhia de trânsito que intermedia os assuntos de transporte com a Prefeitura, já solicitando um aumento para 2023.

Em meados de dezembro, houve uma assembleia dos trabalhadores do transporte para a aprovação de um reajuste salarial para 2023. Entra em cena novamente a velha jogada que as empresas fazem de colocar os motoristas contra o restante do povo que usa o ônibus: “Se houver aumento de salário, haverá aumento da tarifa”. Essa chantagem patronal tem de ser combatida pelos explorados. O reajuste salarial é direito de todos os trabalhadores.

O fundamental está em organizar um movimento para enfrentar as manobras dos empresários do transporte e do prefeito. Para isso, é preciso retomar o comitê de luta e aprovar o caminho para derrotar a política dos capitalistas. Levantar a bandeira da estatização sem indenização do transporte público, sob o controle dos trabalhadores.

Pernambuco

Ato estudantil contra o corte das bolsas da FACEPE

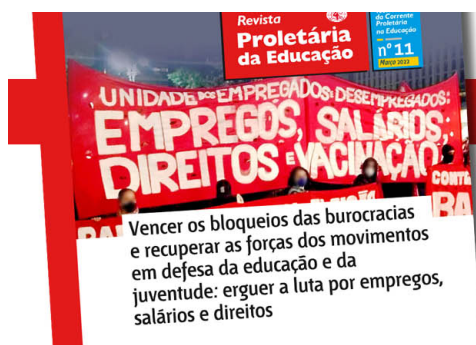
No dia 15 de dezembro, as entidades estudantis como UNE, UMES e DCE da UFPE convocaram um ato em frente ao Palácio das Princesas, sede do governo estadual, contra os cortes de bolsas da Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do estado de Pernambuco, FACEPE e contra os cortes no orçamento da educação federal. Uma comissão com as entidades ficou no Palácio para negociar com o governo, enquanto o ato seguiu para Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (Alepe), para pressionar os deputados a reverem o corte.

Com o novo corte, o orçamento da Fundação reduzirá de R\$92,5 milhões para R\$84 milhões, o que implicará o corte de aproximadamente 2.000 bolsas de mestrado e 1.500 bolsas de doutorado. O anúncio do corte de verba veio da Alepe. Os deputados também reduziram o orçamento das Secretarias de Cultura e de Infraestrutura, para aumentar o orçamento do Legislativo. As direções denunciam os deputados de bolsonaristas, por estarem aplicando a política de corte à Educação do governo Federal.

O corte expressa o Teto dos Gastos aprovado no governo Temer. Isso é parte das contrarreformas, que destroem direitos. Mas, as direções sindicais e estudantis insistem em não convocar massivamente estudantes e trabalhadores da educação, para se levantarem contra os cortes e em defesa das condições de trabalho e estudo. Por isso, o ato ocorreu de forma isolada, com participação majoritária das direções das entidades e sob funcionamento normal das aulas.

Na semana anterior, os estudantes da UFPE chegaram a bloquear por cerca de uma hora, a rodovia em frente à Reitoria da universidade. Porém, não houve continuidade das mobilizações. O ato em torno das bolsas da FACEPE foi convocado como um dia de paralisação, porém, sem uma real preparação a partir das bases.

A Corrente Proletária na Educação/POR atuou no ato com bandeira, jornal Massas, manifesto contra os cortes na educação e fala. Apontamos a importância de vincular a luta contra os cortes à necessidade de organização dos explorados contra as contrarreformas trabalhista, previdência, ensino médio e a EC 95 (teto do corte dos gastos). O sucateamento das universidades públicas e Institutos Federais é parte do ataque ao direito à educação aos explorados, que já padecem com a reforma trabalhista, reforma da previdência, aumento do desemprego e destruição do poder de compra dos salários. É preciso desde já preparar os explorados a não ter nenhuma ilusão no novo governo. É preciso uma luta unificada, o que implica a convocação de assembleias nos locais de estudo, trabalho e moradia que pautem a necessidade de derrubar os ataques dos governos e dos patrões. Que as centrais, sindicatos e movimentos sociais convoquem urgentemente as plenárias unificadas, que sirva para construir os comitês de luta, e a organização de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa do emprego, salários, direitos trabalhistas, saúde e educação pública.



Revista Proletária na Educação

n° 11
Março 2022

As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

São Paulo - ABC

Atividades e intervenções da Corrente Proletária na Educação na UFABC - Apresentação da Revista Proletária da Educação

No final de novembro, a CPE-UFABC realizou a apresentação da Revista Proletária da Educação no campus SBC. Expusemos o histórico da revista e o seu papel no processo de elaboração teórica e de formulação programática pela militância porista. Realizou-se uma apresentação a partir da linha política das últimas edições em torno à luta direta massiva pelas reivindicações próprias dos explorados, contra a burguesia e a ultradireita.

A passividade, tema de um dos artigos da revista, pôde ser exemplificada com a experiência atual de paralisia das entidades estudantis e sindicais após a eleição da chapa Lula-Alckmin. Além de um panorama sobre os ataques da burguesia, especial atenção foi dada à questão do fechamento de fábricas e da desindustrialização, tema bastante caro à região do ABC, assim como à questão da opressão sobre os negros, na qual se explicou que a raiz da opressão é econômica, de classe. Inicialmente, por meio da escravização da mão de obra negra e, posteriormente, com o início do trabalho assalariado, através da escolha pela importação de mão de obra europeia, ambos fenômenos motivados pelo lucro. O Dia da Consciência Negra evidenciou a necessidade da unidade das massas trabalhadoras, pois os sindicatos não se fizeram presentes. Neste dia, o POR chegou a ser expulso de um Ato no RJ pelo MTST, como denunciámos no Massas 678, porque mostrou a impostura dos reformistas. Também se ressaltou os artigos críticos a Paulo Freire, os quais sintetizamos na formulação de Guillermo Lora de que serão as massas incultas que sepultarão o capitalismo e construirão a nova sociedade, sem esperar que os pedagogos lhe ensinem como cumprir tal tarefa.

Luta contra o confisco

Em dezembro, o governo Bolsonaro confiscou os recursos financeiros de alguns setores, principalmente das instituições federais de ensino superior, o que impediu tais instituições de cumprirem o pagamento de seus compromissos com bolsistas, trabalhadores terceirizados, fornecedores etc.

Após pressão de alguns grupos, o DCE convocou uma Assembleia Extraordinária, para o dia 7 de dezembro. Nela, além de distribuir um boletim extraordinário e de reafirmar a vigência das propostas realizadas na assembleia anterior, a Corrente Proletária-UFABC ressaltou que os ataques e a precarização têm avançado a passos largos, mas é um processo de longa data que remonta ao governo de FHC, que eliminou uma série de cargos públicos (cozinheira, faxineira, porteiro, vigilante, salva-vidas etc.) e abriu o caminho à terceirização, processo que não foi revertido pelos governos subsequentes. Em escala federal, houve uma sucessão de

cortes orçamentários, bolsas sem reajuste há décadas e a trágica emenda do Teto de Gastos. Na UFABC, vivemos as consequências desse processo com uma série de serviços terceirizados, obras paradas, ausência de moradia estudantil etc. Feita essa contextualização, ressaltou-se que havia um consenso contra os ataques, porém era necessário discutir a forma de conquistar as reivindicações. A Corrente proletária afirmou que não é possível convencer parlamentares por meio de ligação telefônica, abaixo-assinado, audiência pública e outras ações institucionais, pois os parlamentares estão submetidos aos poderosos, aos banqueiros e patrões, que financiam suas campanhas. Trata-se de lutar de forma independente, com os métodos da ação direta massiva. As propostas da CPE-UFABC foram as seguintes: 1) participar do Ato no MASP convocado pela ANPG; 2) construção de um GT para discutir um programa próprio; 3) um chamado às demais entidades para a construção de uma assembleia geral universitária; 4) campanha por um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. A gestão do DCE fez uma votação protocolar. Ao questionar se o GT foi aprovado, informaram que sim, que se tratava do Comitê Fora Bolsonaro (grupo no WhatsApp) que já existe. Vimos, mais uma vez, o descaso com a assembleia.

Ato no MASP

A CPE-UFABC esteve presente no ato chamado pela ANPG. Diferentemente das direções dos atos estudantis anteriores, a direção do ato abriu o microfone para quem quisesse fazer o uso, o que permitiu nossa intervenção e de outras correntes críticas ao reformismo. Em sua intervenção, a CPE se colocou pela revogação do confisco; pelo pagamento imediato das bolsas; contra o teto de gastos; contra o pagamento da dívida pública; pela convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. Afirmamos que a vitória do movimento dependeria da unidade com as massas trabalhadoras. Observamos que faltou lembrar do isolamento do ato do dia 18 de outubro, que não teve continuidade e basicamente serviu de comício eleitoral para a chapa Lula-Alckmin.

Construção da Corrente Proletária na Educação

A CPE-UFABC tem se esforçado para avançar com as atividades próprias na universidade, com o trabalho com o Jornal Massas e com a distribuição do Boletim Nossa Classe nas fábricas da região. Faz um chamado à juventude classista para participar destas ações e contribuir para elevar a consciência da juventude oprimida, da classe operária e demais explorados.

São Paulo

Posição da Corrente Proletária na reunião do Conselho de Representantes da Apeoesp

No final de dezembro, a direção da Apeoesp convocou a reunião do Conselho de Representantes, que teve como um dos objetivos aprovar um manifesto que seria distribuído em Brasília no dia da posse de Lula. A longa reunião contou com as exposições de convidados, entre eles o acadêmico Luiz Gonzaga Beluzzo e os representantes da CUT nacional, Dieese e os partidos e movi-

mentos que fizeram parte da Campanha “Fora Bolsonaro”, ou seja, que apoiaram a candidatura de Lula, seja no primeiro ou segundo turnos. O conteúdo central das exposições se voltou a mostrar a importância da vitória de Lula e da derrota de Bolsonaro. A direção concluiu com a apresentação de pontos de um Manifesto, que deveria ser aprovado por consenso. Sem ler o manifesto ao

plenário, o PCO propôs que houvesse uma reunião para ajustá-lo com as contribuições de correntes que não compõem a diretoria da Apeoesp. Proposta que foi acatada.

A Corrente Proletária fez uma declaração pública que não assinaria o Manifesto, porque se posicionou nas eleições pelo não apoio à candidatura de Lula e pelo voto nulo. Enfatizou que interveio junto aos trabalhadores com a bandeira de “Não confiar nas eleições burguesas. Confiar em nossas próprias forças. Vote Nulo”. O plenário de maioria petista e de partidos que chamaram o voto em Lula, como não poderia ser diferente, protestou por meio de vaías. Essa declaração da Corrente Proletária/POR, no entanto, marcou a independência do partido diante do novo governo burguês, bem como a luta pela independência ideológica, política e organizativa dos sindicatos e movimentos diante do governo de frente ampla.

Depois das exposições dos convidados, a direção abriu para algumas intervenções. A maioria usou a tribuna para parabenizar todos aqueles que se empenharam pela vitória de Lula. O PSTU, que chamou o voto em Lula no segundo turno, procurou se diferenciar ressaltando que é preciso mobilizar os trabalhadores para que as suas reivindicações sejam ouvidas pelo governo.

Reproduzimos abaixo dois pontos da intervenção da Corrente Proletária:

1) Estamos diante de um governador e um secretário da educação bolsonaristas e privatistas. O plano é o de ampliar a privatização da educação básica, por meio da terceirização dos serviços, das parcerias público-privadas e da imposição do ensino a distância. Irão às últimas consequências para fazer valer o novo plano de carreira de Doria, como vimos, de eliminação de direitos. Manterão a política de reajuste zero do funcionalismo. Como se vê, um governo direitista. Não há outra saída para a Apeoesp a não ser enfrentar o governo. A política de conduzir o movimento para a

São Paulo

Professores fazem manifestações contra o desemprego e subemprego

Mal começou o ano, uma parcela do magistério paulista ficou desempregada ou semiempregada, por conta da nova forma de atribuição de aulas, que privilegia os professores com maior jornada, imposta pelo governo de Rodrigo Garcia e mantida pelo novo governo Tarcísio de Freitas, que é feita de forma virtual e que está repleta de erros de pontuação. A primeira manifestação ocorreu em frente à Secretaria da educação no dia 27/12, quase que espontânea. Reuniu pouco mais de uma centena de professores, que atendeu ao chamado de algumas correntes, entre elas o POR. Representantes do governo recebeu uma comissão de professores e, dois dias depois, atendeu a direção da Apeoesp, prometendo encaminhar o pedido de Anulação do Processo de Atribuição para o novo secretário Feder. Em seguida, a direção da Apeoesp convocou uma vigília dia 4, também na frente a Secretaria da educação. Compareceram mais professores e o novo secretário, que se recusou em receber o sindicato.

Como se vê, o governo ainda se sente de mãos livres para manter essa brutal atribuição de aulas. Conta para isso com a divisão dos professores (aqueles que foram beneficiados com as medidas do governo e os que foram prejudicados, entre eles os que ficarão desempregados), com o período de férias e com a passividade da direção da Apeoesp, que não tem se esforçado por organizar uma verdadeira convocação para derrubar mais essa arbitrariedade do governo.

A Corrente Proletária interveio no carro de som e distribuiu

Asssembleia Legislativa fracassou. Assim, a tarefa é aprovar uma assembleia no início do ano letivo para organizar a luta com os métodos próprios dos trabalhadores.

2. De outro lado, estamos diante do governo do PT. Trata-se de um governo de frente ampla, com partidos que derrubaram o governo de Dilma Rousseff. Um governo que assumirá o poder em meio a uma profunda crise política, com uma fração da burguesia e uma camada da classe média ainda questionando os resultados das eleições e reivindicando a intervenção militar. Por cima, uma crise econômica mundial, agravada pela guerra na Ucrânia, que tem atingindo duramente o Brasil. Portanto, é um erro acreditar que Lula governará para o povo pobre. Terá de governar com e para a burguesia. Certamente, as direções sindicais tentarão conter o descontentamento dos trabalhadores. A indicação do ex-presidente da CUT para o ministério do Trabalho evidencia que fortalecerão a política de conciliação de classes e não de luta direta. Nesse sentido, é fundamental a defesa da independência de classe dos sindicatos diante do governo Lula. E a defesa de que os trabalhadores aprovelem seu programa próprio de reivindicações e seus próprios métodos para conquistá-los. Para finalizar, denunciou os deputados do PT que votaram pelo reajuste de 50% nos salários do bolsonarista Tarcísio de Freitas e de seus secretários.

Outro ponto da pauta foi sobre a atribuição de aulas, em particular, dos contratados (categoria O). A direção se limitou a informar a vitória da prorrogação dos contratos, que se encerrariam no final de dezembro, e a explicar a resolução de atribuição de aulas. Diante dos questionamentos de alguns professores, aceitou a proposta de exigir que o Secretário da Educação refizesse a distribuição das aulas. Rapidamente, desfez a reunião do Conselho, sob protestos dos conselheiros que exigiam a organização de uma manifestação centralizada por uma nova atribuição de aula presencial, isso porque o governo vinha fazendo de forma virtual.

seu Boletim, que convocava para o ato de 4 de janeiro. Reproduzimos abaixo o ponto central do Boletim:

Anular o processo de atribuição, corrigir todos os problemas e realizar nova atribuição! Pelo retorno das atribuições presenciais!

A direção da APEOESP deve convocar amplamente o ato, em frente à Seduc, no dia 4/1; deve convocar também uma assembleia emergencial, para que a categoria decida sobre os métodos e as reivindicações do movimento.

Devemos lutar por:

- **Pela redução da jornada, para que todos os professores possam pegar aulas. Nenhum trabalhador sem emprego! Estabilidade a todos!**

- **Pela reposição de todas as perdas inflacionárias acumuladas! Por um piso salarial igual ao calculado pelo DIEESE, hoje em R\$ 6.575,30!**

- **Para que o critério para a definição da ordem de atribuição seja o do tempo de serviço! Não aceitamos a distorção que significa a imposição da jornada como fator classificatório!**

- **Não à Nova Carreira, ao PEI e ao EaD! Abaixo a reforma do ensino médio/BNCC! Fim da privatização e da terceirização! Não à precarização dos serviços públicos!**

- **Por um sistema único de ensino público, para todos e em todos os níveis, gratuito, sob o controle dos estudantes e trabalhadores, e vinculado à produção social.**

No dia 27/12, centenas de trabalhadores participaram de um ato em frente à Seduc, para exigir do governo estadual que suspendesse o processo de atribuição de aulas, corrigisse os erros nas listas, na pontuação e no processo de atribuição em geral. Após a aprovação e a sanção da Lei 1.381/22, que prorroga por um ano os contratos dos Categoria O, esperava-se que o governo ajustasse o processo, para que contemplasse o que foi aprovado na Alesp (Assembleia Legislativa). Não foi o que se passou. Vários professores foram prejudicados com os erros nas listas, na pontuação, ficaram sem salários, e mais inúmeros problemas.

O ato foi importante para quebrar o silêncio, foi um passo na quebra da passividade. Mas é preciso avançar. É preciso cobrar da diretoria da APEOESP que convoque amplamente o ato do dia 4/1, em frente à Seduc, e que convoque em caráter de urgência uma assembleia presencial da categoria, para que possamos organizar a resistência coletiva.

A Nova Carreira e a imposição da jornada como critério para a ordem da atribuição de aulas têm gerado um enorme transtorno na rede. Professores antigos ficaram sem aulas ou tiveram de “picar” em várias escolas, os contratados foram prejudicados etc. Essa situação tem sido piorada pela falta de transparência e as arbitrariedades da forma virtual em que tem se dado a atribuição. Quando era presencial, aconteciam erros, mas os professores e a vanguarda sindical tinham acesso imediato ao que estava acontecendo e podiam intervir imediatamente. Agora não. Com o processo on-line, tudo ficou mais obscuro e burocrático.

Como pano de fundo, vemos vários fatores interferindo na questão: a reforma do ensino médio/BNCC, o avanço do PEI, o fechamento da EJA e de salas do Regular, a expansão do EaD, da terceirização, da privatização e da precarização da Educação. Na raiz do problema, encontramos a crise do capitalismo e o problema da dívida pública, que obriga a burguesia e seus governos a golpear cada vez mais a fundo os serviços públicos em geral, e a Educação em particular.

Esses elementos têm se acumulado, aprofundando a crise da Educação paulista e piorando as condições dos trabalhadores da rede, que já estão amargando vários anos sem reajuste de verdade,

São Paulo - Litoral Norte

A luta contra a atribuição por jornada impulsionada pelo POR

Este ano, a Secretaria de Educação impôs mais um retrocesso no processo de atribuição de aulas. Através da resolução (85/2022) fez dois ataques contra o conjunto do magistério, são eles: atribuição por jornada e não por pontuação e a atribuição online ao invés de presencial, a exceção dos professores que concorrem ao artigo 22 e os das salas de recursos. Não bastando esses dois ataques, ocorreram ainda os problemas de pontuações erradas de vários professores.

Em Caraguatatuba, em duas das escolas, os professores compareceram para acompanhar a vídeo conferência, que ocorria entre a Diretoria de Ensino, Diretores e GOES. Em uma das escolas, um militante da Apeoesp pediu para falar, justamente para questionar o processo de atribuição imposto pelo governo e apontar os erros de pontuação, mas foi negado. Diante a situação conflituosa, acabaram suspendendo provisoriamente, retomando no dia seguinte.

Nesse mesmo dia, professores protocolaram na Diretoria de Ensino o pedido de suspensão das atribuições virtuais, a correção da pontuação e a convocação das atribuições na forma presencial.

padecendo com a violência, a falta de recursos/estrutura, com as contrarreformas que retiram direitos etc. Há muita insatisfação entre o professorado. O problema principal está na incapacidade de a atual direção da APEOESP transformar essa indignação em mobilização efetiva. A direção tem depositado todas as fichas na via da judicialização da disputa, alimentando ilusões no mandado de segurança, além das ilusões na pressão parlamentar, ambas saídas inúteis, como tem demonstrado a experiência. Há anos que temos sofrido derrotas sucessivas.

O que a história de nossa categoria, refletindo a história do movimento operário, mostra é que as conquistas só vêm da força da mobilização coletiva, no campo da independência de classe e com o método da ação direta. É preciso preparar um combate forte, massivo, do professorado de conjunto. É preciso unir efetivos, contratados, funcionários, trabalhadores de outros setores, enfim, construir uma ampla unidade em defesa dos empregos, salários e direitos. O país saiu profundamente dividido das últimas eleições, é preciso reunificar os trabalhadores na luta ao redor das bandeiras gerais, que permitem erguer um só movimento estadual e nacionalmente.

Daí a importância das reivindicações de redução da jornada, sem redução de salários; aula para todos, com estabilidade no emprego; salário que seja suficiente para sustentar uma família de quatro pessoas, com reajuste automático, entre outras bandeiras. Trata-se de tomar a situação particular do caos gerado pela atribuição e generalizar a luta do professorado em favor do conjunto de reivindicações em defesa da educação pública.

É claro que existe o obstáculo da desorganização, resultado do momento, com a virada do ano, quando os professores estão em férias. No entanto, não há o que esperar. O problema está diante dos nossos olhos, não podemos fingir que não existe. Uma atribuição caótica pode significar um ano de muitas dificuldades para uma parcela do professorado. É preciso agir e rapidamente. Daí a necessidade da convocação do ato dia 4 e de uma assembleia urgente. A Corrente Proletária na Educação se coloca pela vitória desse movimento, com a anulação da atribuição e com o atendimento das exigências dos trabalhadores.

Ao invés do atendimento das reivindicações, um supervisor de ensino mandou uma mensagem aos dois diretores das escolas para que apurassem a ação do militante do sindicato, que “tumultuou” o processo de atribuição de aulas. Como se vê, o governo aproveita o final do ano letivo e as férias para impor uma atribuição de aulas antidemocrática, utilizando o mecanismo virtual e impedindo que os professores tivessem acesso ao conjunto das aulas disponíveis. Quando um militante se levanta, para denunciar o processo montado pelo governo, é ameaçado por seus porta-vozes da Diretoria do Ensino.

Está aí por que a Corrente Proletária defendeu que a Apeoesp convocasse uma assembleia, em dezembro, para aprovar a luta coletiva contra essa violenta Resolução de atribuição de aulas. No entanto, a direção do sindicato continuou apenas denunciando esse processo. Somente agora, em janeiro, convocou uma vigília para que o novo secretário da Educação recebesse o sindicato, para refazer esse violento ataque. A vigília ocorreu no dia 4 de janeiro, mas não houve resposta do bolsonarista Renato Feder, novo Secretário da Educação.

São Paulo

Não à extinção da Secretaria que atende as pessoas com deficiência

No dia 21 de dezembro, a equipe de transição do governo Tarcísio anunciou a extinção da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, incorporando-a na Secretaria de Justiça e Cidadania, tendo à sua frente o juiz federal Fábio Prieto.

Em resposta, dezenas de famílias protestaram, justamente porque esse corte representa um ataque direto às massas oprimidas que necessitam dos serviços públicos, apesar de bastante precarizados.

Essa Secretaria foi criada em 2008, objetivando de auxiliar a qualidade de vida das pessoas com deficiência e suas famílias, que

dependem desse serviço público. Porém, foi criada, mas não contou com recursos suficientes para atender essas pessoas portadoras de algum tipo de necessidade especial. Por isso, as famílias sempre estavam lutando para conseguir um benefício dessa Secretaria. Agora, de uma penada, o governo extinguiu o pouco que existia.

É fundamental que os sindicatos da Educação, em particular, exijam do governo o retorno do funcionamento e os recursos necessários da Secretaria que atende as pessoas com deficiência. Ao mesmo tempo, o seu controle deve estar nas mãos dos trabalhadores e não do governo.

São Paulo

USP: Balanço crítico e autocrítico da intervenção da Frente Transição de Fase no ano letivo de 2022

O movimento estudantil da USP concluiu o ano letivo de 2022 em um quadro de profundo retrocesso das condições de permanência estudantil, cuja expressão mais recente é a iniciativa da recém-formada Pró Reitoria de “Inclusão e Pertencimento” (PRIP) de atualização do Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE). Segundo o novo modelo proposto para o PAPFE, as bolsas de auxílio a moradia, livros e transporte foram unificadas para formar uma única bolsa de auxílio no valor de R\$ 800,00, cem reais a menos do que a soma de todas as bolsas atualmente oferecidas pela universidade. Não obstante, o novo modelo prevê uma série de novos critérios meritocráticos (desempenho acadêmico, por exemplo) para a concessão de novas bolsas, o que tende a reduzir o número de estudantes contemplados. A direção do DCE, por sua vez, não foi capaz de organizar um movimento para barrar esse ataque da reitoria, e atuou por meio da proposição de emendas ao novo modelo, que não eliminaram os pontos mais problemáticos.

Esse quadro marcado por mais um retrocesso no âmbito da permanência estudantil sem capacidade de resposta do movimento só se tornou possível por conta da política aplicada pelas direções estudantis da USP ao longo do ano de 2022. Tal política foi caracterizada pela contenção das diversas tendências de luta que surgiram dentre os estudantes – visando a evitar o choque direto com a reitoria – e pela subordinação integral do movimento estudantil à campanha eleitoral, afastando-o de seus métodos de organização e luta próprios para defender suas reivindicações.

A Corrente Proletária Estudantil atuou na contracorrente desse processo, contrapondo a política conciliadora e eleitoreira das direções estudantis com uma política revolucionária, que se expressou por meio de uma frente constituída em conjunto com militantes independentes. Aqui destacamos os três principais pontos de intervenção dessa frente no ano de 2022.

Sobre a constituição da Frente e nossa intervenção no IFUSP pela reabilitação do CEFISMA enquanto instrumento democrático e de luta independente próprio dos estudantes

A Transição de Fase se constituiu inicialmente enquanto uma chapa concorrente às eleições do Centro Acadêmico do IFUSP (CEFISMA). Essa unidade teve como objetivo o combate à burocratização do centro acadêmico instaurada pela direção anterior, que, sob orientação política da UJC/PCB, passou a utilizar os recursos do

centro acadêmico para finalidades não aprovadas ou sequer discutidas em qualquer fórum deliberativo pelo conjunto dos estudantes. Nesse contexto, a campanha se deu em torno a um conjunto de diretrizes programáticas que tinham quatro pontos principais: i) o reestabelecimento da democracia interna no CEFISMA, caracterizada pela soberania das assembleias e a prestação de contas perante a estas; ii) a organização da luta pelas reivindicações imediatas dos estudantes no âmbito do IFUSP; iii) a atuação em conjunto com DCE, CAs, Amorcrusp, Adusp e Sintusp em defesa de pautas gerais da USP que envolvem a permanência estudantil e o combate ao avanço do sucateamento e do privatismo sobre a universidade; iv) a defesa do governo tripartite na universidade.

Nessas condições, nossa denúncia à política de aparelhamento do CEFISMA pela antiga gestão contribuiu para sua não reeleição. Contudo, nossas limitações organizativas (em particular devido ao tempo reduzido dos militantes por conta do trabalho) nos impediu de garantir uma melhor difusão de nossas concepções programáticas. Nesse contexto, a chapa Principia, em princípio sem vinculação partidária, sem um programa sólido e com poucas (e extremamente vagas) menções à permanência estudantil e ao problema do avanço do sucateamento e privatismo sobre a universidade, terminou eleita. Sob esses termos e frente à proximidade dessa chapa com a Atlética – uma entidade historicamente despolitizada do movimento estudantil -, em nosso documento de balanço das eleições alertamos que somente “pela experiência prática, frente a contraposição da política da atual chapa eleita às necessidades elementares os estudantes”, que seria possível atestar se suas posições poderiam “amadurecer e materializar uma real luta política em defesa dos interesses dos estudantes,” ou se comprovariam, “em sentido oposto, um completo viés de despolitização e afastamento de tal defesa para atender a interesses até o momento escusos e alheios ao movimento estudantil”.

A segunda hipótese desse prognóstico acabou por se confirmar, na medida em que a direção eleita passou a visivelmente direcionar seus esforços para convocar festas sob pressão da Atlética, não cumpriu com as promessas de “transparência” por ela própria assumida em campanha eleitoral, e demorou mais de três meses após eleita para convocar, sem divulgação significativa, sua primeira assembleia estudantil para debater a pauta da permanência estudantil – o que inviabilizou a adesão do movimento estudantil

do IFUSP na paralisação de 20 de setembro. Nessas condições, avallamos que nossa campanha de oposição à direção eleita e crítica à sua despolitização – que expressamos principalmente por meio de boletins informativos e cartazes, cobrando a convocação de assembleias estudantis e apontando a inviabilidade da Príncipia enquanto direção do CEFISMA – contribuiu para que, no último trimestre de 2022, passasse a ser restabelecida uma certa regularidade das assembleias estudantis, criando condições para que a democracia estudantil no centro acadêmico possa ser reestabelecida.

Contudo, uma vez que a Príncipia se mantém inerte diante do atual quadro de retrocesso no âmbito da permanência estudantil, e ao longo de 2022 foi arrastada pela política do DCE de subordinar o movimento à via eleitoral e institucional, afastando-o de seus métodos de organização e luta próprios, vemos que se mantém vigente a necessidade de enfrentamento programático à atual direção do CEFISMA. Enquanto uma frente classista e combativa embrionária, a Transição de Fase não pôde responder a todas as questões particulares do movimento estudantil do IFUSP e dessa política conduzida pela Príncipia – tendo sido uma falta de maior relevância o fato de não termos encontrado condições para organizar um movimento de oposição à subordinação do centro acadêmico à diretoria do instituto expresso pelo controle das eleições de RDs, ocorridas no início de dezembro, por parte desta. Entretanto, na medida em que avançamos política e organizativamente, desenvolvemos condições de superar essas deficiências. Nesse sentido, no horizonte imediato do IFUSP, devemos prontamente iniciar a campanha para que o CEFISMA organize uma semana de recepção dos calouros em 2023 independente da diretoria do instituto, pautada no combate à tendência de rebaixamento da nota do instituto perante a CAPES e por uma reforma do PAPFE que de fato amplie as condições de permanência estudantil.

Nossa luta contra a política de subordinação do movimento estudantil da USP à campanha eleitoral e pela mobilização em defesa das reivindicações dos estudantes

No âmbito do movimento geral da USP, o foco de nossa intervenção se deu sobretudo no combate à política promovida pela direção do DCE, É Tudo pra Ontem (PSOL/PCB/UP), de subordinar o movimento estudantil à via eleitoral. Sob essa política, a direção do DCE chegou ao ponto extremo de distorcer o método histórico da greve – orientado pela luta por meio da ação direta em defesa de um conjunto de reivindicações – ao propor, na assembleia de 6 de outubro, uma “greve” de apoio eleitoral às candidaturas de Lula e Haddad. Nesse contexto, a frente Transição de Fase entrevistando a deformação do método da greve, defendeu uma mobilização que estivesse de fato orientada por um conjunto de reivindicações concretas, sem nenhuma ilusão nas eleições. Com essa política, na assembleia geral defendemos que, caso uma greve viesse a ser aprovada – o que seria definido em uma futura assembleia – esta deveria conter um conjunto de reivindicações que tangiam a permanência estudantil e o combate ao avanço do sucateamento e privatismo sobre a universidade, o qual a direção do DCE não foi capaz de contrapor naquele momento.

Frente à baixa adesão de estudantes às mobilizações com pautas eleitoreiras, por um lado, e na medida em que a disposição de luta em defesa desses conjuntos de reivindicações passou a tomar forma por parte de um setor independente do movimento, por outro, a direção do DCE, de forma autoritária e antidemocrática, adiou a assembleia seguinte com indicativo de greve com horas de antecedência, e alterou seu local, visando o seu esvaziamento para impedir que de fato se constituísse um movimento por reivindicações que se chocasse com a reitoria e não estivesse orientado para a campanha eleitoral. Sob essa condição, a Transição de Fase imediatamente atuou pela convocação de uma reunião aberta na USP para organizar um movimento de oposição a essa política autoritária e eleitoreira da direção do DCE, o que se materializou com uma intervenção em bloco na assembleia, em conjunto com

outros coletivos e militantes independentes, de modo a propor um calendário de mobilização.

Em suma, todas as correntes políticas presentes (correntes do PSOL, UP, PT, PSTU e PCB) votaram contra (ou se abstiveram, no caso do MRT) o calendário proposto – que previa paralisações, atos pela USP e plenárias, concluindo com uma assembleia com indicativo de greve em meados de novembro – mas foram concordes com a aprovação de um calendário alternativo elaborado às pressas, que só previa mobilizações eleitorais na última semana de outubro e, ao fim do semestre, a entrega formal de uma “carta” de reivindicações genéricas para a reitoria (o que já havia sido feito sem sucesso outras duas vezes no ano). Apesar dessa unidade das correntes eleitoreiras e conciliadoras impedir a aprovação de um real calendário de lutas, o fato de a maioria dos estudantes independentes presentes na assembleia terem votado em favor do calendário de mobilização por nós proposto indicou uma vitória ideológica sobre a direção do DCE, e um sinal de que de fato expressamos os interesses dos estudantes de base.

O boicote das direções estudantis e sindicais da USP em nossa campanha contra o sucateamento do transporte público

Já em novembro, passadas as eleições e com a oposição das correntes políticas do movimento estudantil a organizar uma mobilização real por reivindicações para além da campanha eleitoral, a frente Transição de Fase buscou direcionar seus esforços para uma iniciativa promovida por estudantes independentes e moradores da região do Rio Pequeno contra a tendência de sucateamento da linha de ônibus 7725-10 (Terminal Lapa – Rio Pequeno). No contexto da ausência de mobilizações estudantis e populares na região do Butantã, refletindo o quadro geral de refluxo da luta dos explorados em virtude da política de subordinação à via eleitoral por parte das direções, buscamos centralizar essa campanha por meio de um abaixo-assinado reivindicando o aumento imediato do número de ônibus da linha de 3 para 7 (número de ônibus que operavam na linha antes da pandemia). Ainda indicamos que, sendo esse caso uma expressão do quadro geral de sucateamento e privatização do transporte público, a conquista definitiva dessa reivindicação deveria estar vinculada à luta pela estatização do transporte público, sob o controle de quem trabalha e estuda, uma luta que deveria ser levada a frente pelas direções estudantis, sindicais e populares (no caso da USP, DCE, CAs, Amorcrusp, Sintusp e Adusp).

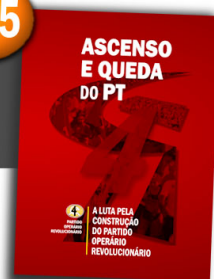
O amplo apoio de estudantes, funcionários da USP e moradores da região à essa campanha foi expresso por mais de mil assinaturas físicas no abaixo-assinado, e contou inclusive com um apoio formal, ainda que limitado, da associação de moradores da região do Rio Pequeno. Contudo, o boicote quase que total das direções estudantis, sindicais e populares à essa campanha, impediu que esta avançasse com ações concretas para além do abaixo-assinado. Após amplos esforços e mobilizações em torno a campanha eleitoral, a inação frente à necessidade de defender pautas elementares expõe a crise de direção pela qual passa o movimento estudantil, sindical e popular no contexto da USP, sendo um reflexo de um quadro nacional e internacional.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



Nesta edição:

Declaração do CERQUI: 10 meses de guerra

CERQUI: Resolução sobre a situação internacional

Bolívia: Diante da prisão de Facho Camacho, como parte do politiquieiro jogo do governo esfomeador

Chile: Boletim REVOLUÇÃO PROLETÁRIA começa a circular

Peru: Explorados retomam as manifestações contra o golpe

Irã: Regime nacionalista-teocrático se mantém no poder massacrando as massas mobilizadas

Lênin: Paz aos povos

Lênin: A guerra e a revolução

Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



10 meses de guerra na Ucrânia

Estados Unidos impulsionam a escalada militar na Europa e no mundo

Somente a classe operária unida e organizada pode transformar a guerra de dominação em guerra de libertação

Não há perspectiva de finalização da guerra, que arruinou a Ucrânia e provocou milhares de mortos. Essas bárbaras consequências dessa guerra de dominação não se limitam ao povo ucraniano, vêm se manifestando também em todo o mundo na forma de agravamento da crise mundial, e, em particular, europeia.

O seu prolongamento é contrário à aspiração da maioria oprimida ucraniana, que mais sofre com os bombardeios, a destruição da infraestrutura e a derrocada econômica do país. Ainda que em situação distinta, cresce a apreensão em camadas da população russa, que se ressentem diante da morte de seus soldados. Tudo indica também que tem aumentado o temor entre os explorados europeus, que se deparam com a alta inflacionária, os baixos salários, a disputa comercial pelo mercado de gás e a estagnação do crescimento, com tendência à recessão. Com o passar do tempo, o recrudescimento dos combates e a falta de perspectiva de solução vão sendo postos à luz do dia os interesses econômicos das potências, tendo à frente os dos Estados Unidos.

As greves que foram desencadeadas recentemente na Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha e Espanha indicam o crescente descontentamento dos setores de trabalhadores mais afetados pela alta das tarifas e pela inflação em geral. Ainda que permaneçam nos marcos das reivindicações econômicas, refletem as questões políticas que emergem da guerra, da posição dos governos e da aliança montada pelos Estados Unidos, tendo a OTAN como o principal instrumento de manutenção e prolongamento da conflagração, iniciada em 24 fevereiro, portanto, a dez meses.

A classe operária e os demais trabalhadores somente não se manifestam pelo fim da guerra devido ao bloqueio da burocracia sindical e dos partidos burgueses que influenciam as organizações do proletariado. Emerge, assim, de corpo inteiro, a crise mundial de direção. Observa-se, no entanto, objetivamente, a tendência à polarização entre a minoria exploradora e a maioria explorada. As democracias burguesas europeias decadentes não podem conviver com as greves e manifestações, sem que recorram à brutal repressão, como se constata na França.

É nesse marco que se fortalecem os agrupamentos ultradireitistas, de forma que na Alemanha assumem abertamente os ideários nazifascistas. E se projetam no seio do Estado e na governabilidade, a exemplo da Itália e Hungria. Na França, a ultradireita

exerce uma forte oposição. A guerra na Ucrânia e o afogamento econômico da Europa colocam os governos social-democratas ou que professam a democracia de centro-direita em difícil situação, uma vez que se acham subordinados à política da potência norte-americana e já deram provas de que não podem encontrar uma solução à guerra que não seja a da expansão da União Europeia sobre a ex-repúblicas soviéticas, e, conseqüentemente, do cerco da OTAN à Rússia.

As massas, golpeadas pela longa crise econômica iniciada em 2008, pelos dois anos de aguda pandemia e, agora, pela guerra na Ucrânia, não podem permanecer passivas e sujeitar-se ao avanço da barbárie que toma espaço na velha civilização europeia. E a ultradireita força passagem retomando suas raízes fascistas lançadas na situação de decomposição do capitalismo, que levou o imperialismo a precipitar o mundo em duas guerras mundiais.

Não é um espantallo o perigo de uma terceira guerra, que transpareceu na decisão do imperialismo de avançar o cerco à Rússia e desencadear a guerra na Ucrânia. A escalada militar não se limita à Europa. Toma um novo fôlego na Ásia, impulsionada pela guerra comercial dos Estados Unidos contra a China. A decisão das potências de estender o raio de ação da OTAN para todos os continentes, e principalmente na região do Indo-Pacífico, evidencia a preparação para um confronto mundial de grandes proporções. O reforço armamentista de Taiwan, o acordo militar Aukus e a recente aprovação pelo governo japonês de dobrar o orçamento militar não deixam dúvidas de que os Estados Unidos impulsionam essa escalada com objetivos de manter sua hegemonia pela força das armas.

O prolongamento da guerra na Ucrânia faz parte dessa política geral do imperialismo norte-americano. Eis por que a coalizão de forças que vem sustentando dez meses de guerra, que se irradia para o centro da Europa, se ressentem das medidas norte-americanas de proteção aos seus interesses nacionais. A Europa ocidental arca com as conseqüências negativas da guerra, enquanto os Estados Unidos se beneficiam vendendo o gás liquefeito a um preço muito mais elevado que o gás fornecido pela Rússia e outros países produtores. A indústria armamentista norte-americana está exultante pelo fato dos estoques do Pentágono terem se esvaziado e os pedidos de reposição crescerem a todo vapor. Aproveitando essa



situação, o governo de Biden despeja fartos subsídios aos setores da energia “limpa” e impõe seu monopólio à indústria de chips. A burguesia europeia faz os seus cálculos e vê uma perspectiva sombria, caso os Estados Unidos insistam na potenciação da guerra comercial. O problema não se restringe apenas à relação do velho continente com a América do Norte, mas desta com a China. A Alemanha vem demonstrando seu temor quanto a uma possível ruptura econômica com a China, que possa ocorrer devido à expansão da guerra na Ucrânia e à disputa na região do Indo-Pacífico.

São sintomáticas as vozes que vêm exortando os Estados Unidos e a Rússia a restabelecerem relações diplomáticas, objetivando um acordo de paz. O chanceler alemão, Olaf Scholz, por sua vez, referiu-se à necessidade de o governo chinês trabalhar junto à Rússia no sentido da finalização da guerra. E o presidente da França, Emmanuel Macron, aproveitou o encontro com Joe Biden para demonstrar sua preocupação diante da ausência de esforços diplomáticos que viabilizassem uma solução para o conflito que, naquele momento, se arrastava por nove meses. Na reunião de novembro do G7, as potências procuraram rodear a China com o aceno verbal de que pretendiam arrefecer o conflito que se desenvolve em torno a Taiwan. Evidenciaram o entrelaçamento da guerra na Ucrânia com a guerra comercial no Indo-Pacífico, bem como com o fortalecimento militarista de Taiwan pelos Estados Unidos.

O governo norte-americano se valeu do palavreado pacificador dos europeus para dar um ultimato à Rússia. O fim da guerra dependia da retirada das tropas russas. Somente assim se estabeleceriam as negociações para um acordo de paz, que, como se vê, seria ditado pelo imperialismo. Na realidade, os Estados Unidos acertavam com o governo ucraniano um reforço militar e financeiro, para fazer frente à investida militar da Rússia, que passou a bombardear com mísseis a sua infraestrutura. O Congresso dos Estados Unidos aprovou novos recursos bilionários e o Pentágono decidiu enviar o sistema de defesa aérea Patriot, que até então tinha sido negado aos insistentes pedidos de Volodimir Zelenski. A presença do serviço ucraniano Zelenski no Congresso norte-americano foi a resposta de Biden à bandeira de Scholz e Macron de encontrar um caminho para a solução da guerra.

No momento em que os mísseis Patriots entrarem em ação, o envolvimento dos Estados Unidos na guerra se tornará mais ostensivo e direto, o que os aliados europeus procuraram evitar desde o início da conflagração, estabelecendo limites à intervenção da OTAN. Trata-se de um sistema de defesa caríssimo – cada disparo custa US\$ 4 milhões e os lançadores US\$ 10 milhões -, que corresponde às forças que pretendem atacar, e não apenas se defender. Já em março de 2022, imediatamente à invasão da Rússia à Ucrânia, baterias Patriots foram transferidas da base da OTAN na Alemanha para a Polônia, que serve de instrumento aos Estados Unidos e aliados para avançar o cerco econômico e militar à Rússia.

O imperialismo norte-americano aproveita, assim, a guerra da Ucrânia para ampliar a militarização da Europa. É sintomático que a Sérvia e Kosovo ameacem reabrir velhas feridas fronteiriças e étnicas da guerra civil que levou à intervenção da OTAN contra a Sérvia, e em favor da dissolução da República Socialista Federativa da Iugoslávia. O governo de Kosovo, agora, acusa a Rússia de incentivar a agressão dos sérvios. O recém conflito na sensível região dos Balcãs, certamente, reflete o que se passa na Ucrânia e a tendência à crescente militarização na Europa e no mundo. São sinais do esgotamento da partilha do mundo do pós Segunda Guerra Mundial.

A decisão dos Estados Unidos de instalarem o sistema Patriot

na Ucrânia, reforçando as bases militares da OTAN na Polônia, vai no sentido de prolongar a guerra e aumentar o perigo de uma confrontação se expandir. Quanto mais a Ucrânia resistir, mais o tempo joga a favor da estratégia do imperialismo, dificultando a negociação de uma paz que sirva aos objetivos defensivos e protecionistas da Rússia. Embora as Forças Armadas da Ucrânia não tenham capacidade para transpor a guerra ao território russo, passaram a realizar intervenções pontuais atacando alvos militares, como é caso do ataque à base militar de Engels, onde se encontram aviões que podem carregar armas nucleares. Na retaguarda, a OTAN orienta os militares ucranianos.

As experiências históricas com as guerras de dominação da época do capitalismo imperialista demonstram que somente o proletariado tem interesse em pôr fim a essas conflagrações. E para isso necessita de seu partido revolucionário, que transforme a guerra de dominação em guerra de libertação. É com o programa da revolução e do internacionalismo proletários que os explorados reúnem forças capazes de impor derrotas ao imperialismo e a toda forma de opressão de classe e nacional. A crise de direção histórica vem impossibilitando ao proletariado ucraniano, russo e europeu de se unirem pelo fim da guerra, sob o programa e a estratégia da revolução proletária.

O imperialismo somente admitirá o fim do conflito, caso a Rússia não mais consiga sustentar a prolongada guerra. É nessas condições que porta-vozes do próprio imperialismo indicam abrir negociações diplomáticas sobre a base das anexações de parte do território ucraniano pela Rússia, envolvendo não apenas Donbass mas também a Crimeia e a neutralidade da Ucrânia. O fato objetivo, no entanto, é que a guerra se prolonga, se agrava e ameaça transbordar as fronteiras da Ucrânia.

As experiências históricas com as guerras de dominação da época do capitalismo imperialista demonstram que somente o proletariado tem interesse em pôr fim a essas conflagrações. E para isso necessita de seu partido revolucionário, que transforme a guerra de dominação em guerra de libertação. É com o programa da revolução e do internacionalismo proletários que os explorados reúnem forças capazes de impor derrotas ao imperialismo e a toda forma de opressão de classe e nacional. A crise de direção histórica vem impossibilitando ao proletariado ucraniano, russo e europeu de se unirem pelo fim da guerra, sob o programa e a estratégia da revolução proletária.

A guerra da Ucrânia se reveste de uma particularidade histórica, que expressa de um lado a ofensiva do imperialismo pela conquista de território antes controlado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); e, de outro, a Rússia restauracionista que não pode perder a ascendência territorial sem exercer a opressão nacional sobre as ex-repúblicas soviéticas. Em 26 de dezembro de 1991, oficializou-se a dissolução da URSS, portanto a 31 anos atrás. A URSS foi a mais avançada conquista do proletariado mundial, cuja declaração de criação data de 29 de dezembro de 1922. A República Socialista da Ucrânia ocupou um lugar fundamental para a vitória da Revolução Russa contra a reação do imperialismo e das forças internas voltadas a preservar a propriedade privada dos meios de produção e a ditadura de classe da burguesia. A desintegração da URSS resultou do processo de restauração capitalista e do cerco imperialista, que, hoje, tomou a forma de expansionismo sobre o amplo e rico território da Eurásia, ainda mantido em grande medida sob a ascendência da Rússia, que ocupa um lugar, na ordem capitalista, de potência regional.

A profunda crise de direção não se iniciou com o fim da URSS. Pelo contrário, o fortalecimento da contrarrevolução restauracionista, encarnada pelo estalinismo, em detrimento das forças internacionais da revolução socialista, encarnada pelo marxismo-leninismo-trotskismo, é que desembocou na liquidação da URSS. Eis por que a Rússia não trava uma guerra de libertação da Ucrânia do domínio imperialista e da oligarquia ucraniana sobre a maioria oprimida. Em defesa de interesses capitalistas advindos da restauração burguesa, utiliza-se de seu poder para subordinar ou manter subordinadas as ex-repúblicas soviéticas, que são atraídas pelas forças econômicas, políticas e culturais do imperialismo.

A política do proletariado reconhece em primeira instância a ofensiva do imperialismo como causadora da guerra, transformando a Ucrânia em bucha de canhão. É o que demonstram os acontecimentos da bárbara guerra que há dez meses se mantém, sem perspectiva de solução. Mas, não desconhece a opressão nacional exercida pela Rússia, praticada como meio e forma de man-

ter seu poder regional, herdado das conquistas da revolução de Outubro de 1917 e da gloriosa União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

O proletariado ainda não está em condições de se erguer como força revolucionária para pôr fim à guerra, mas tem sua experiência resguardada pela história da luta de classes e dos combates em direção à sociedade sem classes, a sociedade comunista. Cabe à sua vanguarda com consciência de classe tomar a frente da luta pelo fim da guerra. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), desde o início da guerra, vem respondendo com uma campanha internacionalista. Hoje, diante dos dez meses de guerra, convoca os explorados a lutarem sob as bandeiras do proletariado: fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas da Europa, revogação das sanções econômico-financeiras à Rússia; autodeterminação, integridade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Por uma paz sem os imperativos do imperialismo, uma paz sem anexações.

Resolução sobre a Situação Internacional

1. O imperialismo não pode encerrar a grande crise de 2008-2009, que se estendeu a todo o mundo e que se agravou com a pandemia e a atual guerra na Ucrânia. Entramos em uma nova etapa da crise mundial. Deste os anos de 1970 eclodiram crises regionais, mas a de 2008 se generalizou e teve como epicentro os Estados Unidos, devido a uma extraordinária ampliação do parasitismo financeiro.

As potências imperialistas destinaram bilhões e bilhões de dólares para socorrer as empresas e evitar as quebras. Essa intervenção dos Estados mais poderosos tornou ainda mais rico os ricos, concentrando ainda mais as riquezas. A taxa de juro que era quase zero, por um longo período, estimulou o endividamento e sustentou o consumo.

2. As potências capitalistas mostraram sua incapacidade e fracasso em preservar a saúde das massas sob a pandemia, privilegiando seus negócios. O que expressou claramente a guerra comercial, por um lado, com a pretensão dos laboratórios farmacêuticos dos Estados Unidos de imporem suas vacinas com seus condicionamentos, procurando bloquear o abastecimento de vacinas por parte da China e Rússia. Por outro lado, os laboratórios multinacionais colocaram a exigência de que a China abrisse o seu mercado.

A situação das massas, em todo o mundo, é dramática. Não deixa de aumentar o número dos milhões de desempregados, subempregados, precarizados, famintos e migrados. O capital descarrega toda sua crise sobre os mais pobres, atacando as condições de vida e trabalho.

3. Estamos diante de uma das maiores crises do capitalismo, que se expressa em sua decomposição irreversível. Nem mesmo a grande destruição de forças produtivas dos últimos anos permitiu sua reconstrução (a guerra é a forma mais efetiva de destruição de forças produtivas). A crise de superprodução de mercadorias condiciona toda a economia mundial. A partilha do mundo pactuada após a Segunda Guerra Mundial está completamente esgotada e necessita de um novo ordenamento. Está colocada, portanto, uma luta feroz por apoderar-se das fontes de energia dos minerais raros, do lítio, do cobre. A guerra na Ucrânia demonstra que excede o marco regional.

Neste quadro, o CERQUI vem demonstrando o agravamento da guerra comercial, que deu um salto adiante sob o governo de Trump, especialmente contra a China e Europa. A estratégia dos "Estados Unidos Primeiro" sintetiza a política dos Estados Unidos de recuperar seu papel hegemônico no mercado mundial, e rom-

per os acordos bilaterais ou multilaterais anteriores. Aplicaram-se fortes taxações contra os produtos chineses e europeus, e mudaram-se os acordos com o Canadá e México, objetivando, por um lado, que as indústrias voltassem aos Estados Unidos, e, por outro, frearem-se o avanço tecnológico da China e sua crescente influência na economia mundial.

Temos caracterizado que, nas entranhas do desenvolvimento da guerra comercial, também emergiam as tendências bélicas, o militarismo.

4. A elevação das taxas de juros pelos Estados Unidos e Europa, para conter os altos índices de inflação, que se manifestaram no fim da pandemia e no começo da guerra, acelera e potencia o risco dessa enorme dívida estourar. A elevação das taxas de juros prenuncia que é inevitável um período de estagflação, ou seja, de combinação das altas taxas de inflação com a recessão econômica. As consequências dessa contradição recairão pesadamente sobre as massas.

A guerra na Ucrânia elevou fortemente os preços da energia e dos alimentos em todo o mundo, afetando os preços de toda a economia e os maiores déficits do comércio exterior dos países importadores.

5. A guerra da Ucrânia provocada pelos Estados Unidos e OTAN tem como objetivo cercar, ameaçar e condicionar a Rússia, debilitá-la, e se puderem colocar abaixo o seu regime. Por isso, sua política é de prolongar a guerra. O envio do sofisticado e custoso sistema Patriot à Ucrânia tem esse objetivo. A guerra também tem o objetivo debilitar a Europa. Os Estados Unidos lhe impuseram a guerra. Faz parte dessa estratégia o rompimento do fornecimento de gás e petróleo baratos às suas economias por parte da Rússia; bem como o rompimento do avanço das multinacionais europeias sobre o leste da Europa e sobre a Rússia. Punir a compra de energia da Rússia resulta em um duro golpe à indústria, especialmente na Alemanha devido aos preços mais elevados que tem de pagar para substituí-la e devido à impossibilidade prática de poder resolver o problema em curto espaço de tempo. As sabotagens aos gasodutos no Mar Báltico foram orientadas nesse mesmo sentido. A premissa dos Estados Unidos é de não permitir que a União Europeia se estabilize e cresça, beneficiando-se de suas relações com a Rússia, uma vez que limita o espaço dos Estados Unidos que necessitam expandir-se. Os Estados Unidos necessitam limitar a capacidade da União Europeia. A crise capitalista não deixa lugar para concorrência com um mercado como o da União Europeia.



A guerra comercial que se manifesta na Europa se evidencia no estímulo dos Estados Unidos ao Brexit na Grã-Bretanha, e na pressão sobre numerosos países para que se desvinculem da União Europeia. A política de exigir um maior orçamento para financiar a OTAN levou ao ponto mais crítico as relações sobre a presidência de Trump. Os Estados Unidos arruinaram os negócios da França com o fornecimento de submarinos à Austrália, que passou a fazer parte do acordo Aukus, com os Estados Unidos e Grã-Bretanha.

Os Estados Unidos desenvolveram uma política de pressão sobre países da Europa para que sem incorporem à OTAN, passando por cima da França e Alemanha que eram partidários de manter o compromisso de não expandir além da Alemanha depois da queda da URSS. Iniciaram-se negociações diretas com cada país e pressionaram-se todos os integrantes para que incrementassem sua contribuição a 4%, para sustentar a OTAN e também para que comprassem seus armamentos. A ausência de resistência da União Europeia diante da ofensiva dos Estados Unidos, que lhe impõem toda a linha, é uma amostra do esgotamento de relações, portanto, e da forte crise interna.

A guerra é também um negócio para um setor de empresas vinculadas à produção de armamentos, que se transformou em uma das fontes mais rentáveis, juntamente com as da energia.

6. A OTAN expandiu-se para a Ásia. A decisão do Japão de duplicar o orçamento militar é uma amostra da escalada bélica. A Coreia do Sul ameaça a Coreia do Norte, sob o pretexto das armas nucleares. Esse antagonismo que vem desde a Segunda Guerra tem de ser mais feroz nas condições atuais da guerra na Ucrânia e dos preparativos dos Estados Unidos contra a China. O crescente armamento de Taiwan é uma evidência desses preparativos. A OTAN também procura estender-se para a América Latina. Os Estados Unidos pressionam o Brasil para poder ativar seu projeto na Base de Alcântara, para transformá-la em base da OTAN.

A crise mundial arrasta a América Latina para o precipício. Os seus governos, mesmo os mais nacionalistas, se mostram incapazes de reagir à ofensiva norte-americana no Continente. A crise econômica e política tende a se agravar e impulsionar a luta de classes. O enfrentamento da escalada militar em todo o mundo, e, em particular na América Latina, exige organizar o movimento revolucionário anti-imperialista, sob a direção do proletariado.

A recente visita de Macron a Biden nos Estados Unidos esteve dirigida a questionar as medidas protecionistas que afetarão a França e a Europa como um todo, devido à concentração da produção de microprocessadores e energia renovável, que corresponde ao extremo protecionismo dos Estados Unidos. As medidas apontam diretamente para a China, mas não deixam de atingir a Europa. A política de Biden é a continuidade da aplicada por Trump. Sua política é tão extrema que prevê a retirada da cidadania àqueles que trabalharem em empresas que rompam o bloqueio. Washington pressiona os fabricantes europeus de microprocessadores para que apoiem seu veto ao fornecimento para a China. O Governo dos Países Baixos, o país mais relevante mais mercado de chips, advertiu seus fabricantes que as condições do mercado vão ser endurecidas. Além disso, os Estados Unidos darão subsídios de 430 bilhões de dólares para a produção nacional, violando as normas da OMC.

Por seu lado, uma delegação da Alemanha com a participação de suas maiores empresas, viajou recentemente à China com o ob-

jetivo de manter o intercâmbio comercial, que é vital em um momento de profunda crise de sua economia que entra em recessão. A Alemanha observou que a China havia imposto restrições comerciais em algumas áreas. O mercado chinês é o mais importante para seu comércio exterior, há seis anos.

A Cúpula de Madrid, da OTAN, realizada em fins de junho, constituiu em uma aberta declaração de nova “guerra fria” entre Estados Unidos e China. É o que fica claro na declaração de Biden que consta no documento “Estratégia Nacional de Segurança”, publicado em outubro. Eis: “A Rússia é o inimigo imediato, mas a China é a verdadeira ameaça”.

A economia chinesa cresce a taxas inferiores ao período anterior da pandemia, em consequência de suas severas medidas anticovid e dos desastres econômicos ocorridos no desenvolvimento imobiliário. Por sua vez, esse crescimento menor impacta sobre a economia mundial, condicionada pela China como sendo sua locomotiva. A política da burocracia chinesa aparece mais protecionista, preparando-se para um longo conflito com os Estados Unidos, que declaram expressamente que é seu inimigo e que pretende bloquear seu desenvolvimento econômico.

7. Assistimos ao crescimento das lutas operárias na Europa, especialmente em 2022, rechaçando o elevado custo de vida, exigindo reajustes salariais, protagonizando lutas extraordinárias. Recentemente, houve greve geral na Bélgica e Grécia. O ataque às condições de vida e trabalho impacta em todo o mundo e empurra os explorados à luta. Nos Estados Unidos, a classe operária vem colocando-se em pé de luta, como demonstra a preparação dos ferroviários durante longos meses. Também na América Latina os explorados se lançam à luta, ganhando as ruas e confrontando-se com os Estados policiais. Estamos diante de uma tendência crescente de luta da classe operária em nível internacional. As massas saem radicalmente à luta, apesar de suas direções colaboracionistas e burocráticas.

É fundamental para a vanguarda a luta pela unidade da classe operária e de todos os oprimidos, combatendo firmemente a política de conciliação de classes da burocracia e das esquerdas reformistas e centristas. É imperativo aplicar o método e a concepção do Programa de Transição, que, partindo das condições concretas da luta de classes, permita estabelecer uma ponte com a estratégia própria de poder. É necessário dar expressão organizativa e política a esse programa comum, que unifica os explorados em todo o mundo, tornando consciente o balanço das recentes lutas das massas nas metrópoles e nas semicolônias, diante do capitalismo em decomposição.

É evidente a terrível crise de direção, a necessidade de conquistar a independência da classe operária, política e organizativamente, recuperando as organizações sindicais, mas o mais importante está em recuperar sua estratégia, construir seu partido revolucionário marxista-leninista-trotskista em cada país, como parte da direção mundial, reconstruindo a IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista. Cabe ao CERQUI impulsionar essa tarefa. Não há nenhuma saída progressiva sob o capitalismo, que somente oferece a barbárie em todas suas formas. Estamos diante de uma situação social catastrófica. Somente a revolução social, dirigida pela classe operária, que instaure a ditadura do proletariado, poderá pôr fim à decomposição capitalista.

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

**Novo
Coleção
Editorial**

R\$ 30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

Lênin estrategista da revolução proletária

Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

**POR**

PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO



29 12 2022

COMUNICADO**Diante da prisão de Facho Camacho, como parte do politiquero jogo do governo esfomeador**

1. O governo ordenou a prisão do governador de Santa Cruz, Luis Fernando Camacho, justificando a ação como parte do processo judicial instaurado contra ele por sua participação nas mobilizações populares, que levaram à expulsão de Evo Morales do poder em 2019. O Facho Camacho foi, naquele momento, e é agora a expressão da velha direita tradicional, de seus setores filo-fascista e racista, em franco declínio e regressão, devido, entre outras coisas, à inoperância e incapacidade do governo, sob o seu comando, ao fracasso da recente greve cívica, que não conseguiu impor uma data do censo para 2023, muito menos polarizar o país.

2. Por seu lado, nas virulentas disputas internas que dividem o MAS, o governo montou este circo com o objetivo de:

a) Distrair os trabalhadores e o povo faminto diante da crise econômica, que assola a maioria das famílias operárias e setores populares, atingida pelos baixos salários, perda de empregos, demissões, constante retirada de direitos trabalhistas e evidente fracasso da recuperação econômica;

b) Ao mesmo tempo, os Arcistas, que procuram potenciar-se eleitoralmente, querem apresentar um troféu para tapan a boca dos Evistas, que na véspera os acusaram de ser aliados da velha direita.

3. Por outro lado, os políticos da velha direita e do CONADE

vêm aproveitado a ocasião para arrancar as vestimentas clamando contra a violação do sempre pisoteado e burlado “Estado de Direito” da inexistente democracia boliviana, com o objetivo de capitalizar a seu favor o descontentamento das massas diante da incapacidade do governo, em particular da classe média, com vista a fortalecer-se eleitoralmente. Esperam que o povo esqueça suas desastrosas administrações governamentais (o governo de Añez), tão corruptas, abusivas, antioperárias e entreguistas, iguais ou piores que as dos impostores MASista.

4. Este conflito entre as diferentes camarilhas do MAS com as distintas frações da velha direita é uma luta alheia aos interesses dos explorados, que precisam de pão, trabalho, terra, saúde, educação, teto etc. O POR convoca os explorados a levantarem suas próprias bandeiras e não se deixarem arrastar pelo o jogo dessa disputa suja, típica da politicagem burguesa. Sob as bandeiras da independência política de classe, lutemos pelos nossos próprios objetivos. Chega de servir de escada para os políticos parasitas, que nos usam como bucha de canhão para seus bastardos fins.

(La Paz, 29 de dezembro de 2022)

Fdo. Alberto Saenz*Secretário de imprensa*


R\$5

Trotsky e Nós
Guillermo Lora

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO

MASSAS



R\$5

Fundamentos e principios do marxismo-leninismo-trotskismo

O socialismo e a guerra
Coletânea de Textos
Lênin

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO

MASSAS

Chile

Boletim Revolução Proletária começa a circular

A seção chilena do CERQUI iniciou a publicação regular de um “Informativo político semanal”, com denúncias e análises sucintas da situação política direcionado às massas trabalhadoras chilenas.

No editorial do primeiro Boletim se explicita que o objetivo da publicação é o de analisar os acontecimentos nacionais e internacionais da perspectiva da luta de classes entre a burguesia e o proletariado. Reafirma que a estratégia defendida é a ditadura do proletariado e que a tarefa da classe operária é sepultar a burguesia decadente e corrupta, por meio da revolução proletária e a constituição de um governo operário e camponês.

O editorial do primeiro Boletim de 2023 inicia denunciando o governo de Boric pela sua subordinação aos organismos internacionais do grande capital e pela sua “eficiência” em aplicar as restrições orçamentárias, sob a consigna de “responsabilidade fiscal e democrática”. Conclama os trabalhadores a se prepararem para lutar em 2023 contra as ciladas burguesas do plebiscito 2.0, que tentará arrastar novamente as massas por detrás da política burguesa.

O Boletim denuncia as condições de desagregação dos serviços de saúde e educação, fundamentais para os trabalhadores. Explica que a destruição desses serviços públicos decorre das políticas privatista dos diversos governos, para favorecer o capital financeiro, que aprofunda a opressão sobre o povo chileno. Diante desse quadro, o Boletim defende, dentre outras medidas: “aumento de profissionais médicos, técnicos de saúde, auxiliares paramédicos, ampliação da infraestrutura, equipamentos tecnológicos e insumos sanitários”.

No plano internacional, manifesta seu apoio à luta insurrecional do povo peruano contra a direita conservadora, fujimorista que destituiu e encarcerou o presidente eleito. A defesa do voto popular que as massas peruanas reivindicam, embora comporte ilusões democráticas, ilusões nas instituições burguesas, as coloca efetivamente em choque contra o regime. O Boletim defende que no Peru também se crie o Partido Operário Revolucionário, que se levante a consigna da Frente Única Anti-imperialista e dos Estados Unidos Socialistas de América Latina.

Nove meses do governo burguês de G. Boric

“Faz nove meses que o governo burguês de G. Boric administra o país. Sua permanência na presidência do Estado capitalista chileno o caracteriza como um governo burguês que, nisso, não se distingue dos anteriores, que continuaram aplicando as políticas da ditadura militar. Este governo foi precedido por 30 anos de governos de ditadura civil, absolutamente dominados pela burguesia. Este regime político se sustenta pelo servilismo dos sucessivos governos a uma burguesia decadente, submetida ao parasitário e especulativo capital financeiro, que tem esvaziado o país de seus recursos naturais, para beneficiar os países industrializados. A

Na publicação de 25/12/22, resume o programa para enfrentar o governo e o parlamento reacionário: “unificação de todas as lutas dos oprimidos, encabeçadas pelos mineiros, portuários, agrários, pescadores que, junto aos trabalhadores nos serviços públicos e às nacionalidades oprimidas Mapuche, permanecem em constante luta contra a burguesia e seu Estado”. Chama a rejeitar a democracia em geral, que não é outra coisa que a ditadura de uma minoria contra a maioria trabalhadora.

Denuncia um membro do governo Boric, que, de modo arrogante, declarou que o governo Boric seria lembrado pela História.

O Boletim responde que será, sim, lembrado, mas por se dobrar à direita reacionária, que no Senado aprovou a iniciativa de declarar estado de exceção contra os Mapuches; que mantém a repressão contra os estudantes secundaristas; que não defende na prática nenhuma bandeira contra opressão das mulheres, que continuam sendo assassinadas.

O editorial do primeiro Boletim de 2023 inicia denunciando o governo de Boric pela sua subordinação aos organismos internacionais do grande capital e pela sua “eficiência” em aplicar as restrições orçamentárias, sob a consigna de “responsabilidade fiscal e democrática”. Conclama os trabalhadores a se prepararem para lutar em 2023 contra as ciladas burguesas do plebiscito 2.0, que tentará arrastar novamente as massas por detrás da política burguesa.

Destaca as iniciativas do governo e do parlamento para criminalizar a reação das massas, com todo o aparato judicial e policial e a falácia da suposta “justiça igual para todos”. Esta iniciativa resume a violência reacionária da burguesia. O Boletim defende a legitimidade da violência por parte dos operários, mapuches e trabalhadores em geral, que saem com seus próprios métodos de luta em defesa das reivindicações. Nessa mesma linha, denuncia uma manobra por parte da Frente Ampla e do PC chileno – que compõem o governo –, utilizando o indulto a 12 camaradas presos, acusados pelas corruptas forças policiais, que de modo fraudulento os encarcerou. Em face dessa fraude, reivindica que um verdadeiro indulto defendido pelos trabalhadores deveria libertar todos os presos políticos do Chile, acusados mediante montagens e fraudes, sejam chilenos ou mapuches.

Outra fraude denunciada pelo Boletim é a reforma das leis trabalhistas do pinochetista José Piñera. Aponta que não altera o essencial as restrições à liberdade sindical e política, e que as propostas da Camila Vallejos para alterar a lei acabam favorecendo os patrões.

nação chilena é submetida ao que é planejado pelos organismos internacionais imperialistas, FMI, Banco Mundial, OCDE, com o firme objetivo de manter a opressão e vassalagem no mundo. Na maioria das nações de capitalismo atrasado, recrudescem a miséria e a fome, tormentos que não serão resolvidos nesta sociedade corrupta e reacionária, cujo poder nos afunda na barbárie capitalista, sustentada por governantes ambiciosos, inescrupulosos e arrivistas, que traem e mentem descaradamente”.

(Editorial do Boletim REVOLUÇÃO PROLETÁRIA No 3 de 25/12/2022)

Peru

Explorados retomam as manifestações contra o golpe

Após uma trégua nas manifestações, organizações sindicais e movimentos retomaram no dia 4 de janeiro as mobilizações, com paralisações de rodovias contra o golpe de Estado implementado pelo Congresso contra o presidente Pedro Castillo. Os manifestantes exigem a renúncia da atual presidenta Dina Boluarte, o fechamento do Congresso e adiantamento das eleições para 2023.

Dina Boluarte, que era vice de Pedro Castillo, assumiu o mandato após o golpe. Dessa forma, passou a ser vista pelas massas que apoiam Castillo como uma traidora. Boluarte passou a ser instrumento do golpismo e administradora da crise política gerada pelo processo de impeachment. A repressão aos protestos já deixou um saldo de 28 mortos e centenas de feridos. No dia 15 de dezembro, se decretou o “Estado de Emergência”, dando aval para a polícia invadir residências, proibir reuniões e prender manifestantes, além de permitir a intervenção do exército.

O golpe de Estado é consequência da crise política, que saltou a um novo patamar com a chegada do professor e sindicalista à presidência. Uma fração da burguesia passou a conspirar abertamente contra o presidente, que, por sua vez, fazia concessões à oposição burguesa para se manter no poder. A tentativa de Castillo de combater o golpe com os mesmos métodos burgueses, sem recorrer à luta de classes, acabou em um grosseiro fiasco. Somente a mobilização das massas seria capaz de impedir a sua cassação e prisão.

Irã

Protestos no Irã: regime nacionalista-teocrático se mantém no poder massacrando as massas mobilizadas

Com um saldo de mais de 500 mortos e 18 mil detidos, o governo nacionalista-islâmico tem conseguido esmagar o movimento de massas, que se levantou a partir de meados de setembro, com a morte de Mahsa Amini, jovem curda que foi assassinada pela polícia moral do Irã, acusada de vestir seu hijab “inapropriadamente”.

Para esmagar o movimento, o governo tem se utilizado dos Guardas Revolucionários e a milícia Basij, organizações militares e paramilitares ideologicamente leais ao regime nacionalista-teocrático. Outras medidas incluem bloqueio da internet e de serviços telefônicos, tortura e até mesmo pena de morte para manifestantes. O anúncio feito pelo procurador-geral do país, no dia 3 de dezembro, de que haveria o fim da polícia moral, serviu apenas como uma falsa promessa para o regime ganhar tempo e avançar com as medidas repressivas.

O movimento, encabeçado pelas mulheres iranianas contra a opressão religiosa, foi o estopim de uma série de lutas das massas em defesa de suas condições de vida, tendo a última ocorrido em maio deste ano, contra o aumento do custo de vida, com manifestações em todo o país. Pouco a pouco, as massas vão desafiando o autoritarismo do regime e ganhando terreno na luta de classes. Com tamanha repressão, o regime conseguiu conter a fúria das mobilizações, mas cavou sob seus pés as trincheiras ocupadas pelas forças sociais radicalmente opositoras.

O movimento das massas, em sua maioria da pequena burguesia arruinada do campo e da cidade, foi capaz de estremecer o regime autocrático. No entanto, a ausência da política revolucionária impede que toda essa energia seja canalizada para a sua derrubada

Ao ser anunciada a paralisação por tempo indeterminado a partir de 4 de janeiro, as organizações empresariais e da classe média abastada se mobilizaram para realizar, no dia 3 de janeiro, a “Marcha pela Paz”, com manifestações em várias cidades do Peru, pedindo o fim dos protestos contra Dina Boluarte. O golpismo chegou a tal ponto que oficiais da própria Polícia Nacional do Peru chegaram a convocar a marcha. A reacionária “Marcha pela Paz” evidencia uma tendência de acirramento da luta de classes no Peru.

As reivindicações de renúncia da atual presidenta, fechamento do Congresso golpista e adiantamento das eleições são reivindicações democrático-burguesas que refletem a impotência dos partidos pequeno-burgueses de Castillo. No entanto, a luta contra o golpe pode e deve ser apoiada pela classe operária, com seus métodos próprios, como um ponto de apoio para a luta pela sua estratégia revolucionária. O ponto de partida é munir o movimento com um programa de reivindicações, que inclua a defesa de um salário-mínimo vital, emprego e moradia para todos, expropriação dos latifúndios e distribuição de terras aos camponeses, nacionalização dos bancos e fábricas, e controle operário da produção.

A intervenção da classe operária, com independência de classe, é o caminho para que o movimento ultrapasse as reivindicações democráticas limitadas e avance para a destruição do Estado burguês e a constituição de um governo operário e camponês.

revolucionária e constituição de um governo operário e camponês, ou seja, um governo da maioria oprimida.

A classe operária não se manteve inerte, chegando a realizar lutas, como a paralisação e manifestação de cerca de 1000 petroleiros em 10 de outubro na cidade de Asaluyeh, gritando “morte a Khamenei”, e a greve no dia 17 de dezembro de petroleiros de várias cidades do sul do país, por melhores salários e condições de trabalho. No entanto, sem o partido revolucionário, o proletariado não foi capaz de se colocar com sua política própria de poder, e dirigir a maioria oprimida não somente contra a burguesia iraniana, como também contra o imperialismo, que vem procurando se utilizar do descontentamento dos iranianos para apertar o cerco ao país.

O fundamental é que permanece a crise política do regime nacionalista-teocrático, que é incapaz de atender às necessidades mais sentidas dos explorados, e que se apoia nos aparatos ideológicos-obscurantista e repressivos para se manter no poder. Tudo isso só atesta a decomposição do nacionalismo burguês que, uma vez tendo se apoiado na insurreição anti-imperialista em 1979, para chegar ao poder, logo se converteu em verdugo das massas revolucionárias e tem acentuado desde então o seu caráter antipopular. A chave da situação está em que a classe operária adquira consciência de classe e dirija a revolta popular, sob a estratégia revolucionária, o que passa pela constituição do partido revolucionário no país, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

No jornal *Massas* 678, quando a guerra da Ucrânia completava nove meses, publicamos o “Decreto sobre a Paz”, de 26 de outubro de 1917, redigido por Lênin. Como se nota, o Decreto foi expedido um dia após à tomada do poder pelo proletariado na Rússia e a constituição do regime soviético. Agora, ao completar dez meses da guerra na Ucrânia, divulgamos o tópico “Paz aos Povos”, que faz parte do escrito de Lênin “As Tarefas da Revolução”. É notável que tenha sido escrito em setembro de 1917, portanto, poucos dias que antecederam a revolução vitoriosa. Essa orientação, como se vê, foi posta em prática como havia sido prometido pelos bolcheviques.

Esse ponto, “Paz aos Povos”, trata da questão da anexação como uma posição classista e programática do marxismo. Lênin formula a luta contra as anexações do ponto de vista de que somente o proletariado no processo revolucionário da luta de classes pode levantar a bandeira de paz sem anexação. No terceiro parágrafo, a defesa da paz sem anexação resulta em um compromisso prático de retirada das forças de ocupação russas dos países em que estavam presentes. Eis: “Devemos, portanto, cumprir imediatamente as exigências dos ucranianos e finlandeses, assegurar-lhes, o mesmo que a todas às demais nacionalidades não-russas da Rússia, uma liberdade completa, incluindo a liberdade de separação, aplicando o mesmo princípio a toda Armênia, nos comprometendo a retirar-se desse país, bem como dos territórios turcos ocupados por nós etc.”

O marxismo, ou seja, o socialismo científico, se realiza no seio das massas exploradas de forma que a teoria e os princípios estejam claramente em uma relação dialética com a prática. Estamos diante de uma lição extraordinária, que emerge nas formulações de setembro e de outubro de 1917. Não há como compreender e responder à guerra na Ucrânia, sem se recorrer aos fundamentos históricos da luta do bolchevismo contra a guerra imperialista, a partilha do mundo e, portanto, as anexações.

Paz aos Povos (Lênin, setembro de 1917)

O governo dos Sovietes deverá propor imediatamente a todos os povos beligerantes (isto é, a seus governos e às massas de operários e camponeses ao mesmo tempo) a conclusão de uma paz geral imediata sobre bases democráticas e, também, a conclusão de um armistício imediato (ainda que seja por três meses).

A condição fundamental para uma paz democrática é renunciar às anexações, mas no falso sentido de que todas as potências recuperem o que perderam, mas no único sentido justo, ou seja, no sentido de que toda nacionalidade, sem exceção, tanto na Europa como nas colônias, obtenha a sua liberdade e a possibilidade de decidir, por si mesma, se deseja constituir-se em Estado independente ou fazer parte de qualquer outro Estado.

Ao oferecer essas condições de paz, o governo dos Sovietes deverá adotar medidas, imediatamente, para levá-las à prática, isto é, deverá publicar e anular os tratados secretos que nos prendem até agora, aqueles tratados que foram acertados pelo czar e nos quais se promete aos capitalistas russos o saque da Turquia, Áustria etc. Devemos, portanto, cumprir imediatamente as exigências dos ucranianos e finlandeses, assegurar-lhes, o mesmo que a todas às demais nacionalidades não-russas da Rússia, uma liberdade completa, incluindo a liberdade de separação, aplicando o mesmo princípio a toda Armênia, nos comprometendo a retirar-se desse país, bem como dos territórios turcos ocupados por nós etc.

Essas condições de paz não serão bem recebidas pelos capitalistas, mas serão recebidas por todos os povos com uma simpatia grandiosa, e causarão uma explosão tão gigantesca e tão universal de entusiasmo e de indignação geral contra o prolongamento da guerra de rapina, que é muito provável que consigamos imediatamente uma trégua e o consentimento para iniciar as negociações de paz. Evidentemente, a revolução operária contra a guerra cresce de modo incontido em todas as partes, e será estimulada, não com frases sobre a paz (com as quais todos os governos imperialistas, incluindo nosso governo de Kerenski, vêm enganando, há muito tempo, aos operários e camponeses), mas sim, unicamente, rompendo com os capitalistas e propondo a paz.

E se ocorresse o menos provável, isto é, se nenhum Estado beligerante aceitasse nem quisesse uma trégua, então, de nossa parte, a guerra nos seria realmente imposta, se transformaria em guerra defensiva, realmente justa. Se o proletariado e o campesinato pobre compreenderem, a Rússia será muito mais forte, inclusive no terreno militar, sobretudo depois de um rompimento total com os capitalistas, que saqueiam o povo; além disso, em tais condições, seria, no que nos toca, uma guerra em aliança com as classes oprimidas em todos os países, uma guerra em aliança com os povos oprimidos de todo o mundo, uma guerra não em palavras, mas nos fatos.

Em particular, é necessário prevenir o povo contra a afirmação dos capitalistas, que as vezes influenciam a pequena burguesia e as pessoas atemorizadas, isto é, que os capitalistas ingleses e de outros países podem desferir um grave dano na revolução russa, se rompermos atual aliança rapina com eles. Essa afirmação é completamente falsa, pois, “a ajuda financeira dos aliados” enriquece os banqueiros e “sustenta” os operários e camponeses russos exatamente do mesmo modo que a corda sustenta o enforcado. A Rússia dispõe de pão, carvão, petróleo e ferro em quantidade suficiente. Para poder distribuir bem esses produtos somente necessitamos nos libertar dos latifundiários e capitalistas que saqueiam o povo. E quanto à possibilidade de que seus aliados atuais ameacem o povo russo com uma guerra, evidentemente é absurdo supor que os franceses e italianos possam unir seus exércitos com os dos alemães e enfileirá-los contra a Rússia, que oferece uma paz justa. No que se refere à Inglaterra, aos Estados Unidos e ao Japão, ainda supondo que declarassem a guerra à Rússia (o que para eles é extremamente difícil, tanto pela enorme impopularidade de uma semelhante guerra entre as massas, como pelas divergências entre os interesses materiais dos capitalistas desses países a propósito da partilha da Ásia e, sobretudo do saque da China) não poderiam ocasionar à Rússia nem a centésima parte do dano e das calamidades que estão ocasionando a guerra com a Alemanha, Áustria e Turquia.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXVII, Akal Editor)

Recorremos a Lênin como fonte primária da luta revolucionária contra as guerras de dominação e da aplicação da bandeira programática da paz sem anexação

Não tivemos como publicar na íntegra o documento “A Guerra e a Revolução” devido à sua extensão. Resultou de uma palestra de Lênin para os cadetes da Marinha em Petrogrado. Seleccionamos as passagens que expõem o caráter de classe das guerras e das anexações. Encontramos nessa extraordinária palestra a aplicação do método marxista para compreender a origem histórica, os motivos e as classes envolvidas nas guerras. Os subtítulos “O caráter de classe da guerra”, “A Guerra e o Regime Político” e “Sobre as anexações” foram dados por nós. Não há dúvida de que a fonte primária da caracterização das guerras de dominação e de libertação, bem como os fundamentos marxistas sobre a anexação se encontram em Lênin.

Para se compreender as particularidades históricas da guerra na Ucrânia, é imprescindível recorrer às posições programáticas desenvolvidas pelo bolchevismo. Juntamente com o documento “Paz aos Povos”, publicado acima, a vanguarda revolucionária tem em suas mãos um valioso instrumento para lutar pelo fim da guerra na Ucrânia, sob as bandeiras desenvolvidas pelo Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUII).

A Guerra e a Revolução (Lênin, Palestra pronunciada em 14 de maio de 1917)

O caráter de classe da guerra

(...) A meu ver, há algo principal que se esquece correntemente ao se tratar da guerra, algo que não é objeto da atenção devida, algo principal em torno ao qual se mantém tantas discussões, que eu qualificaria, talvez, de fútil sem perspectiva, sem objetivo. Refiro-me ao esquecimento da questão fundamental: qual é o caráter de classe da guerra, por que foi desencadeada, que classes a sustentam, que condições históricas e histórico-econômicas a originaram. (...)

Do ponto de vista do marxismo, isto é, do socialismo científico contemporâneo, a questão fundamental que os socialistas devem ter presente, ao discutir como se deve avaliar uma guerra e atitude a ser tomada diante dela, e por que se faz essa guerra, que classes a prepararam e dirigiram. Nós, os marxistas, não figuramos entre os inimigos incondicionais de toda a guerra. Dizemos: nosso objetivo é o regime social socialista, o qual, ao suprimir a divisão da humanidade em classes, ao suprimir toda exploração do homem pelo homem e de uma nação por outras nações, se suprimirá inevitavelmente toda possibilidade de guerra. Mas, na luta por esse regime social socialista, encontraremos, indiscutivelmente, condições nas quais a luta de classes no seio de cada nação pode chocar-se com uma guerra – engendrada por ela mesma, isto é, por essa luta de classes – entre nações distintas. Por isso, não podemos negar a possibilidade das guerras revolucionárias, isto é, das guerras derivadas da luta de classes, das guerras travadas pelas classes revolucionárias e que têm um significado revolucionário direto e imediato. Não podemos negar isso, principalmente, porque na história das revoluções europeias do último século, dos 125 ou 135 últimos anos, além de uma maioria de guerras reacionárias, ocorreram também guerras revolucionárias, como, por exemplo, a guerra das massas revolucionárias do povo francês contra a Europa monárquica, atrasada, feudal e semifeudal coligada. (...) Há guerras e guerras. É preciso compreender as condições históricas em que surgiu uma guerra concreta, que tipo de classes a sustentam e com que finalidade. (...)

A guerra e o regime político

(...) Clausewitz: a guerra é a continuidade da política por outros meios. Essa frase pertence a um escritor que estudou a história

das guerras e extraiu os ensinamentos filosóficos dessa história imediatamente após à época das guerras napoleônicas. (...) Toda guerra está inseparavelmente ligada ao regime político da qual surge. A mesma política que seguiu uma determinada potência, uma determinada classe no interior dessa potência, por um longo período, antes da guerra, é continuada pela mesma classe, de modo fatal e inevitável, durante a guerra, variando unicamente as formas de ação. (...)

A guerra na França, 1792, foi a continuidade da política da classe revolucionária que dirigiu a revolução, conquistou a República, ajustou as contas com os capitalistas e latifundiários franceses com uma energia jamais vista, e que, em nome dessa política, de sua continuidade, travou a guerra revolucionária contra a Europa monárquica.

Mas, agora, nos encontramos, sobretudo, diante dos grupos de potências capitalistas. Estamos diante das maiores potências capitalistas do mundo – Inglaterra, França, América do Norte e Alemanha -, cuja política no curso de uma série de décadas consistiu em uma rivalidade econômica ininterrupta por dominar em todo o mundo, espoliar as nações pequenas, assegurar lucros triplicados e decuplicados ao capital bancário, que abarcou o mundo todo com a cadeia de sua influência. Nisso consiste a verdadeira política da Inglaterra e Alemanha. (...)

Senão fizermos assim, esqueceríamos a exigência principal do socialismo científico e de toda ciência social em geral e, além disso, nos privaríamos da possibilidade de compreender algo sobre a guerra atual. (...)

De um lado, diante desse grupo, principalmente anglo-francês, se destacou outro grupo de capitalistas mais espoliador ainda (...); um grupo que chegou a mesa do festim capitalista quando todos os lugares já estavam ocupados, mas que introduziu na luta novos métodos de desenvolvimento da produção capitalista de uma técnica melhor, de uma organização incomparável, que transforma o velho capitalismo, o capitalismo da livre concorrência em capitalismo dos gigantes trustes, consórcios e carteis. Este grupo introduziu o princípio da estatização da produção capitalista, da fusão em um só mecanismo da gigantesca força do capitalismo com a gigantesca força do Estado, mecanismo que envolve dezenas de milhões de pessoas em uma só organização do capitalis-

mo de Estado. Essa é a histórica econômica, diplomática de várias dezenas de anos, que ninguém pode desconhecer. É a única que apresenta o caminho da solução correta do problema da guerra e que leva à conclusão de que essa guerra é também produto da política das classes que se envolveram nela, dos maiores gigantes, que muito antes do conflito haviam arrastado a todo o mundo, a todos os países, com as redes de sua exploração financeira e que tinham repartido o mundo no terreno econômico. Tinham de se chocar porque a nova partilha desse domínio havia se tornado inevitável do ponto de vista do capitalismo. (...)

Sobre as anexações

Quando discutimos sobre a questão das anexações (...), nos esquecemos sempre que elas são correntemente a causa da guerra: a partilha do conquistado ou, em linguagem popular, a repartição do botim roubado por dois grupos de bandidos. E quando discutimos sobre as anexações, nos encontramos sempre com métodos que, do ponto de vista científico, não resistem a nenhuma crítica, e do ponto de vista social e jornalístico não podem ser qualificados senão de engano grosseiro. Pergunte ao chauvinista ou social-chauvinista russo e ele explicará magnificamente o que são as anexações por parte da Alemanha: isto compreende com perfeição. Mas jamais dará resposta se a ele for pedido que dê uma definição geral das anexações aplicadas tanto pela Alemanha como pela Inglaterra e Rússia. (...) Afirmamos que nenhum jornal, nem dos chauvinistas em geral – que dizem simplesmente que é necessário defender a pátria –, nem dos social-chauvinistas, deu jamais uma definição das anexações que pode aplicar-se tanto para Alemanha como para a Rússia, que pode aplicar-se a qualquer dos beligerantes. E não pode dá-la, porque toda essa guerra é a continuidade da política de anexações, isto é, de conquista, de saque capitalista pelas duas partes, pelos dois grupos que promovem a guerra. (...)

A presente guerra é a continuidade da política de conquistas, de extermínio de nacionalidades inteiras, de espantosas atrocidades cometidas por alemães e ingleses na África, por ingleses e rusos na Pérsia (...).

Eles não podem dizer a verdade sobre as anexações, porque toda a história da Rússia, Inglaterra e Alemanha é uma guerra con-

tínua, sangrenta e desapiadada, pelas anexações. (...) Na Pérsia, na África, os liberais promoveram guerras sem descanso (...) Também as tropas coloniais francesas oprimiram os povos. Aí está a história precedente, a verdadeira história do inaudito saque. Aí está a política dessas classes, cujo prolongamento é a guerra atual. Aí está por que, na questão das anexações não podem dar a resposta que nos damos, quando dizemos: todo povo que está unido a outro não por vontade expressa da maioria, mas por decreto do czar ou de governo, é um povo anexado, um povo conquistado. Renunciar às anexações significa conceder a cada povo o direito a constituir um Estado à parte, ou a viver em livre união com quem quiser. Semelhante resposta está completamente clara para todo operário mais ou menos consciente. (...) Daí que ninguém pode dizer como nós a verdade das anexações, a verdade sensível e compreensível para cada operário e cada camponês. Daí que a questão dos tratados, tão importante, seja embrulhada desavergonhadamente por toda imprensa. Dizem vocês que não temos um governo revolucionário, que entraram neste governo ministros quase completamente socialistas, populistas e mencheviques. Mas quando falam da paz sem anexação, na condição de não pontualizar a paz sem anexação (isso significa: condena as anexações alemãs, mas conserva as suas), nós dizemos: que valor podem ter seu ministério 'revolucionário', suas declarações, suas manifestações de que não pretendem uma guerra de conquista se, ao mesmo tempo, se incita o exército passar à ofensiva?

A Revolução Russa não modificou o caráter da guerra, mas criou organizações que não há e não houve em nenhum país na maioria das revoluções do ocidente (...) A Revolução Russa foi mais longe. Neste fato, se encontra o germe que pode vencer a guerra (...). A revolução não deu ainda sua última palavra. Revolução essa que não houve, em condições semelhantes na Europa ocidental. Estão aí as organizações das classes que não necessitam efetivamente das anexações, que não depositaram milhões nos bancos e que, na verdade, não estão interessadas na repartição equitativa da Pérsia (...). Nisso está a garantia de que a revolução pode ir mais longe. A garantia está em que as classes não interessadas de verdade nas anexações souberam criar organizações soviéticas nas quais se acham representadas as massas das classes oprimidas. (...)

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXV, Akal Editor)

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

**Somente a classe operária, organizada, unida e em luta
pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação
imperialista.**

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

R\$ 40

